

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Israel Mascarenhas da Silva

**O discurso ambiental no primeiro governo Dilma Rousseff: uma  
reflexão sobre poder, política e meio ambiente**

Belo Horizonte  
2015



Israel Mascarenhas da Silva

**O discurso ambiental no primeiro governo Dilma Rousseff: uma reflexão sobre poder, política e meio ambiente**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentando ao curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Socioambientais

Orientador: Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho  
– Departamento de História da  
Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

**O discurso ambiental no primeiro governo Dilma Rousseff: uma reflexão sobre poder, política e meio ambiente**

Israel Mascarenhas da Silva

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Pr. Dr. Ely Bergo de Carvalho - Orientador

---

Dra. Natascha Stefania Carvalho Ostos

Nota Final: \_\_\_\_\_

**Resumo:** Com o objetivo de analisar o discurso sobre o meio ambiente do governo Dilma Rousseff, este trabalho selecionou seis diferentes discursos proferidos pela presidenta durante os anos 2011 a 2014, em que o tema ambiental é um dos assuntos centrais. A análise discursiva levou em conta a utilização ou omissão de palavras e assuntos e a reincidência de termos-chave. Outra parte da análise foi a combinação da fala da presidenta com as características de cinco correntes ambientalistas atuais e, de acordo com o tema de cada discurso, as falas foram encaixadas em uma dessas correntes. A análise dos dados revelou que há um grau perceptível de diferenciação na característica dos discursos, principalmente naqueles direcionados ao setor empresarial, em que há grande destaque ao uso da tecnologia e um menor foco nos problemas ambientais. Nos discursos em eventos ambientais e à sociedade civil organizada, percebeu-se uma maior ênfase em mostrar a preocupação do governo com as questões ambientais e, nestes discursos, são destacados os programas federais de proteção ambiental. Percebeu-se também que todos os discursos analisados são permeados pelo tema do desenvolvimento sustentável, que possibilita que o governo consiga dosar as falas de acordo com sua conveniência, uma vez que o conceito tenta equilibrar os temas da preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e as melhorias sociais.

**Palavras-chave:** discurso, meio ambiente, governo, desenvolvimento sustentável

**Zusammenfassung:** Gegenstand der Arbeit ist die Analyse sechs politischer Reden der brasilianischen Regierung unter der Präsidentschaft Dilma Rousseffs über den Umweltschutz, die diese in den Jahren 2011 bis 2014 gehalten hat und in denen die Umwelt einen der thematischen Schwerpunkte darstellt. Die Analyse berücksichtigt die verwendete Ausdrucksweise, bezieht die jeweiligen Themenbereiche in die Untersuchung ein und wertet die häufigsten Begrifflichkeiten aus. Sie vergleicht die Reden mit fünf aktuellen, relevanten Umweltideologien und ordnet sie diesen nach dem jeweiligen Themenschwerpunkt zu. Die Analyse gelangt zu dem Ergebnis, dass sich die Reden im Bereich der Produktion erkennbar von den übrigen Reden unterscheiden: sie stellen technologische Belange in den Vordergrund und sprechen umweltbezogene Themen nur am Rande an. Auf umweltbezogenen Veranstaltungen und in einer Rede vor einer Bürgerbewegung werden hingegen die Besorgnis der Regierung in Bezug auf Umweltfragen und Regierungsprogramme zum Umweltschutz hervorgehoben. Das Thema der „Nachhaltigen Entwicklung“ ist jedoch wesentlicher Gegenstand aller analysierten Reden, die je nach Anlass der Rede den Bereich des Umweltschutzes, der wirtschaftlichen Entwicklung oder der sozialen Gerechtigkeit in den Vordergrund stellen.

**Keywords:** Diskurs, Umwelt, Regierung, Nachhaltige Entwicklung

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>I. POLÍTICA, DISCURSO E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>8</b>
1.1    Discurso e Ação .....	11
1.2    A incompatibilidade entre crescer e preservar? .....	12
<b>II. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>III. TIPOLOGIAS DO PENSAMENTO AMBIENTAL ATUAL.....</b>	<b>18</b>
3.1    A Eologia Profunda.....	19
3.2    Os Verdes .....	21
3.3    O Ambientalismo Moderado.....	22
3.4    Os Cornucopianos .....	24
3.5    Os Marxistas.....	25
<b>IV. ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>28</b>
4.1    Existe um único discurso presidencial?.....	46
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

A comunicação é uma das formas que possibilita ao indivíduo tornar-se participante dos signos compartilhados pelos membros de sua sociedade, fazendo-o capaz de entender e de se expressar. Tomando-se a fala como uma das modalidades principais da comunicação em nossa sociedade, sabe-se que existe nela uma característica que vai muito além do que a simples nomeação das coisas. Além de atribuir nome, a comunicação carrega em si a função de indicar uma ação (BORDENAVE, 1982). Atribuir a função de ação à fala permite interpretá-la como uma ferramenta: através dela, podem-se atingir resultados que são estruturados e concebidos através de discursos. Bordenave classifica o discurso, dessa forma, como uma maneira de se ordenar os símbolos e signos que foram desenvolvidos pela sociedade. Dessa forma, mesmo que uma sociedade domine a linguagem, se ela não puder ser organizada de maneira lógica e estrutural, ela nunca se tornará um discurso: "A comunicação não apresenta uma pilha de signos e símbolos, senão um 'discurso', isto é, uma obra de sentido e coerência que somente nós, homens, podemos construir." (BORDENAVE, 1982 p. 47).

Pelos motivos descritos acima, é inegável a importância que possui a comunicação no cenário político atual. Ocupar uma posição tão estratégica e delicada, em que muitas vezes ideias devem ser defendidas na tentativa de se agradar a maior quantidade de setores possíveis, faz da fala presidencial um interessante objeto de análise. O discurso sobre o meio ambiente ganha contornos estratégicos e torna-se indispensável, visto que tal assunto é matéria presente tanto no imaginário nacional, como é um dos principais motivos pelos quais o Brasil é lembrado no exterior. Não é novidade a tentativa de se exaltar a natureza brasileira através de discursos oficiais, a começar pelo hino nacional, que proclama o gigantismo do território brasileiro, suas belezas naturais e o esplendor verde encontrado no país.

Este modelo de concepção do país, em que a grandiosidade da natureza e as belezas ambientais são colocadas em destaque, teve início no descobrimento das Américas e "criou raízes tão profundas (...) que sobrevivem até hoje e com boa saúde". (CARVALHO, 1998, p. 25). José M. de Carvalho, ao demonstrar através de uma análise de pesquisa em que apontava que o motivo maior de orgulho em ser brasileiro encontrava-se em razão da exuberância da natureza, mostra que é vivo no imaginário popular a importância da construção histórica de um país que teve como base o culto à natureza e aos recursos que ela oferece. Essa análise também levou Carvalho a concluir que "aparentemente o edenismo não só está vivo como revela sintomas de fortalecimento" (CARVALHO, 1998, p. 31).

No Brasil, desde 2011, é parte dos papéis da presidenta Dilma Rousseff ser uma porta voz das intenções do governo<sup>1</sup>. Em uma aula inaugural no Collège de France, Michel Foucault percebeu e declarou a importância do discurso em um sistema social em que poucos são autorizados à expressão. Mesmo que o discurso possa ser defendido como livre a qualquer pessoa que tenha condições físicas para se expressar, não se pode garantir que ela será ouvida. O discurso se torna, portanto, instrumento de poder: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo de poder” (FOUCAULT, 2012: 9).

O discurso ambiental ganhou repercussão durante o primeiro governo Dilma Rousseff devido a importantes eventos que colocaram o Brasil em posição de destaque no cenário mundial cujo ápice se deu em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro. Outras falas oficiais são amplamente divulgadas, como por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado todo ano no dia 05 de junho e o anúncio de grandes obras de infraestrutura com inegáveis impactos socioambientais. Todos esses diferentes eventos são introduzidos pela fala presidencial, que refletem as intenções práticas e inclinações ideológicas<sup>2</sup> do governo ao povo brasileiro, ao empresariado e à comunidade internacional. Para a análise presente neste trabalho, é necessário que se tenha esclarecido que este discurso reflete um contexto e é enunciado a partir de certo “lugar de fala”. Este lugar representa uma situação concreta – no nosso caso a presidência da república - em um espaço historicamente definido em que as diversas relações - de cooperação, conflito, semelhanças, diferenças se dão (BRAGA, 1997). A produção deste discurso, portanto, é produzido a partir deste lugar, produzindo uma fala que “implícita o modo de ver a realidade na qual a posição é tomada” (BRAGA, p.111). O discurso é, em última análise, produzido – não necessariamente pela própria presidenta – para ser proferido deste lugar específico, com todas as implicações que este lugar oferece, buscando descrever e interpretar uma dada realidade.

---

<sup>1</sup> Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita em segundo turno em outubro de 2010, iniciando o seu governo como presidenta em 01 de janeiro de 2011. Sua eleição marcou a continuidade a dois mandatos em que o PT esteve com o cargo máximo da chefia do executivo na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

<sup>2</sup> Apesar da evidente relação entre discurso e ideologia, não se pretende, neste trabalho, definir as diferentes concepções da palavra “ideologia”. No contexto dessa frase, entende-se por ideologia a definição utilizada por Marilena Chauí “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações”. (CHAUÍ, 1984, p. 25).

Ao se tocar no tema da ideologia política, não se pode ignorar quanto às contribuições de Baczko que trata de forma precisa acerca da legitimação do poder político através do controle dos símbolos socialmente aceitos. Esses símbolos fazem parte do imaginário social que são forças reguladoras da vida coletiva (BACZKO, 1985). A relação entre ideologia e comunicação é mostrada por Guareschi ao apontar uma característica básica entre os diversos modelos possíveis de se pensar a ideologia que é a de “produzir, reproduzir e transformar subjetividades” (GUARESCHI, 2000, p. 45). Dessa forma, mesmo que se tenha mostrado as concepções positivas e negativas por detrás das diversas definições do termo, é importante entender a escolha expressiva por esta forma de dominação uma vez que a sociedade se constrói sobre pilares que permitem a proliferação da ideologia como forma de poder. Sobre isso é revelado que “A crescente importância da ideologia deve-se hoje, certamente, ao fato de nossa sociedade e nosso mundo tomarem-se, a cada dia, mais "imateriais", sempre mais sustentados numa comunicação verbal e simbólica.” (GUARESCHI, p. 39).

Programas e práticas do governo atual revelam sintonia com o discurso desenvolvimentista e a economia globalizada. Apenas no último governo da presidenta Dilma Rousseff, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), um programa para o desenvolvimento de vários setores do país cujos eixos abarcam melhorias nos setores de energia, transporte, moradia, entre outros, já investiu 871,4 bilhões de reais, de acordo com o 10º Balanço do PAC 2<sup>3</sup> divulgado em junho de 2014 pelo governo, o que revela um enorme compromisso estatal com a questão do desenvolvimento, que invariavelmente aparece impregnado na fala oficial.

Leff discute o problema em se atentar de forma prioritária ao desenvolvimento econômico como forma de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as desigualdades sociais. O autor revela que a ética baseada prioritariamente no desenvolvimento econômico, pode restringir de forma definitiva os valores sociais mais amplos ao se basear excessivamente em uma “soberania dos consumidores”. (LEFF, 2006, p. 184). A atenção às inclinações políticas do governo faz-se necessárias para que não se perca nas entrelinhas do discurso. Mesmo que de alguma forma a fala oficial esteja na contramão das ações de um Estado cujo sistema político está pautado na “opção pelo desenvolvimento” (ZHOURI & OLIVEIRA, 2007, p. 120), deve-se buscar os motivos dessa mudança de comportamento. Este panorama descrito

---

<sup>3</sup> Os números do PAC 2 podem ser consultados no site: <http://www.pac.gov.br/noticia/4184f1c4>, acesso em 18 de outubro de 2014.

acima pode traduzir-se naquilo que Carvalho chamou como uma “época de crise civilizatória” (CARVALHO, 2014, p. 1). Destaca-se o apontamento quanto à insustentabilidade de um modelo civilizatório baseado na exploração indiscriminada do meio ambiente:

Por mais que algumas posições sejam exageradas no atual debate, quanto ao limite ecológico para o modelo de desenvolvimento social-cultural-econômico, pouquíssimos especialistas acreditam que apenas mudanças tecnológicas possam resolver os problemas porquê se passa. Está cada vez mais claro, que uma sociedade voltada para a ampliação até o infinito da produção e do consumo não é sustentável. (CARVALHO, 2014, p. 1)

Partindo-se dessas observações, pode-se dizer que o objetivo principal do trabalho é compreender uma faceta do pensamento ambiental através da análise de alguns discursos proferidos pelo governo através da presidenta Dilma Rousseff durante o seu primeiro mandato (2011-2014), relacionando-o sempre a estes aspectos econômicos e políticos que foram brevemente citados nessa introdução. Por ser um recorte parcial e limitado dos discursos proferidos nos anos do primeiro governo Dilma Rousseff, não se pretende dar o resultado definitivo do pensamento ambiental de seu governo, embora a tentativa seja no sentido de identificar padrões da fala que alinhem a fala presidencial a alguma das mais atuais linhas do pensamento ambiental.

## I. POLÍTICA, DISCURSO E MEIO AMBIENTE

Propor-se a estudar as funções da política em nossa sociedade passa invariavelmente pelo entendimento da questão do poder. Bourdieu descreve a forma como o Estado incorpora diferentes tipos de capitais (capital da força física, capital econômico, capital de informação e capital simbólico) através de uma série de mecanismos (produção de coerência, força policial, criação de leis, etc.). Este processo é o que permite entender o motivo pelo qual “os mais numerosos (*the many*) são governados pelos menos numerosos (*the few*)” (BOURDIEU, 2003, p. 99). Esses métodos são assim descritos:

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. (BOURDIEU, 2003, p. 99)

Bobbio também contribui no entendimento do poder estatal ao afirmar que “Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de ‘poder’ e de uma análise do fenômeno do poder” (BOBBIO, 1989, p.76). Para este autor, o Estado como órgão de caráter restritivo (BOBBIO, p. 33) que nem sempre exerce este poder com aplicação de força física. Recorrendo-se novamente à Bourdieu, pode-se entender que:

O estado não tem, necessariamente, necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física, para produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas[...] (BOURDIEU, 2003, p. 119)

O discurso insere-se de forma natural na política uma vez em que ela se torna a ferramenta indispensável de legitimação das ações exercidas. Essa força simbólica exercida por este Estado é caracterizado por Bourdieu como o domínio da produção simbólica, que pode ser assim entendido: “É no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado [...]”. (BOURDIEU, 2003, p. 95). Essa persuasão simbólica para Bobbio (1989), ganha destaque ao se analisar o poder persuasivo do discurso político:

[...] a interpretação mais aceita no discurso político contemporâneo [...] se remete ao conceito relacional de poder e estabelece que por "poder" se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria. (BOBBIO, 1989, p. 78)

O condicionamento da liberdade e das ações do outro, na maioria dos Estados democráticos, passa a ser exercido não apenas pelo uso da força, mas através da característica

persuasiva do discurso. Fairclough, entretanto, expõe uma falha da análise de discursos ao dizer que ela é intensamente influenciada pelas experiências pessoais. Mesmo que a metodologia tente eliminar boa parte desses vícios que é chamado de “estruturas sociais interiorizadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109), a análise de dados – sejam números, entrevistas ou discurso – sempre se esbarram em ideias prévias, o que pode comprometer, mesmo que não invalidar, a análise requerida.

Fairclough sugere então que, para ser menos parcial, a “análise da prática discursiva deva envolver uma combinação do que se poderia denominar ‘microanálise’ e ‘macroanálise’.” (FAIRCLOUGH, p. 115). A “microanálise” seria, portanto, com base nos recursos disponíveis, explicar como o discurso é produzido e interpretado. Ela refere-se ao texto em si e seus elementos sintáticos. A “macroanálise” é o contexto mais amplo em que se deve estudar não apenas a ordem do discurso, como também – e principalmente – aquilo que não é dito. Ele finaliza dizendo que não é possível uma análise discursiva em que não se analise ambos os aspectos e que “[...] a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

Ao analisar o histórico da política ambiental brasileira, Redin e Da Silveira destacam que ela se formou “em meio a um processo de aceleração, modernização e industrialização do país” (REDIN & DA SILVEIRA, 2012, p. 164), buscando compatibilizar as agendas do crescimento econômico com a das questões ambientais. Para tanto, os autores chamam atenção para a importância da Política Nacional do Meio Ambiente, que corresponde a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, pela primeira vez no país, os objetivos e instrumentos da política ambiental.

Em seu artigo quarto, a Lei coloca como seu primeiro objetivo a “compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (BRASIL, 1981, s/p), já em consonância com o significado do termo Desenvolvimento Sustentável que viria a ser criado em Brundtland em 1983<sup>4</sup>. Sachs assinala que o desenvolvimento sustentável: “Propõe crescimento através da

---

<sup>4</sup> Não é objetivo do trabalho o aprofundamento do conceito que o termo “Desenvolvimento Sustentável” apresenta em suas mais várias acepções, uma vez que a questão central está justamente na apropriação de tal conceito no discurso presidencial. Para o debate sobre o Desenvolvimento Sustentável ver: SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

maior produtividade dos recursos, concomitantemente ao uso dos resultados do crescimento para reduzir o número de materiais processados pela economia, consertar o meio ambiente e redistribuir a renda.”. (SACHS, 1993, p.35)

Após a criação do termo “desenvolvimento sustentável” em 1987, em consequência da elaboração do Relatório Brundtland, foi possível caminhar em direção à universalização da discussão sobre os problemas ambientais relacionados ao crescimento econômico (DA VEIGA, 1993, p.153). Os países agora teriam um parâmetro, mesmo que incompleto e ambíguo, sobre o desenvolvimento e o meio ambiente. Da Veiga destaca ainda que tal documento “forneceu uma baliza internacional bem mais precisa que as tentativas precursoras” (DA VEIGA, 1993, p.153), mostrando que a noção de desenvolvimento sustentável passa a ser âncora das decisões políticas, econômicas e ambientais em uma escala mais ampla.

Contextualizar o Brasil neste cenário de mudanças internacionais é fundamental para entender as particularidades do país no tratamento de suas políticas ambientais. Hochstetler e Keck, ao detalharem o ambientalismo brasileiro, explicitam as mudanças ocorridas no país, tanto administrativas, quanto políticas,

O Brasil certamente não está sozinho e muito devido à liderança, empreendimento e aos dedicados ativistas e administradores, entretanto, as peculiaridades das simultaneamente rígidas e extremamente maleáveis estruturas institucionais no Brasil faz com que seja especialmente importante reconhecer como essa forma contingencial de trajetórias individuais, projetos e habilidades combinam-se para produzir estruturas – regras e funções – que vão intersectar com as trajetórias. (Hochstetler & Keck, 2007, p.60, tradução minha)<sup>5</sup>

Hochstetler e Keck tocam em um ponto primordial desta análise inicial em que se pretende relacionar o fazer político, o discurso e o meio ambiente. Ao se reconhecer a existência de uma legislação ambiental rígida no país, como pode ser explicada a intensa disputa entre o poder institucional e grupos ambientalistas? De que maneira o discurso oficial consegue justificar a necessidade de se contornar leis tão favoráveis à preservação ambiental? É o que se pretende analisar nos próximos tópicos.

---

<sup>5</sup> No original: Brazil is certainly not alone in owing a great deal to the leadership, entrepreneurship, and custodianship of dedicated activists and administrators; however, the peculiarities of Brazil's simultaneously rigid and extremely bendable institutional structures make it especially important for us to recognize how these contingent forms of individual trajectories, projects *and* skills combine to produce structures—rules and roles—that will intersect with the trajectories (Hochstetler & Keck, 2007, p.60)

## 1.1 Discurso e Ação

Historicamente, política e discurso sempre tiveram relação íntima. Mesmo em experiências absolutistas e tirânicas, o discurso foi utilizado como forma de se justificar as práticas do Estado. O discurso de Hitler, por exemplo, foi uma grande arma ideológica e que tinha como função fazer propaganda do nazismo, impulsionando o regime a seu auge entre os anos 20 e 30 do século passado (ECHAZARRETA CARRIÓN & LOPEZ GARCIA, 2000). No Brasil Colonial, essa dominação pode ser percebida ao se analisar a introdução do discurso religioso como fatores indispensáveis à unificação linguística da população e a educação católica, consolidando no Brasil a língua e os costumes lusitanos (OLIVEIRA, 2011). A autora afirma que essa investida de caráter principalmente educativo, pronunciado e, por isso mesmo discursivo, permitiu "domesticar uma grande massa de indígenas de norte a sul do país" (OLIVEIRA, 2011, p. 07).

O conceito de discurso aqui abordado vai ao encontro com o que definiu Fairclough ao propor uma análise abrangente das formas de expressão que podem ser consideradas discursivas. Enquanto alguns autores compreendem apenas a fala como modalidade discursiva, o autor sugere a inclusão tanto do discurso falado quanto do escrito:

Na linguística, 'discurso' é usado algumas vezes com referencia a amostras ampliadas de dialogo falado, em contraste com 'textos' escritos. Nesse sentido, 'analise textual' e 'analise de discurso' não partilham a limitação tradicional da analise linguística a frases ou a unidades gramaticais menores; ao contrario, focalizam as propriedades organizacionais de nível superior do dialogo (por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamentos conversacionais) ou de textos escritos (por exemplo, a estrutura de uma reportagem de crime em um jornal). Mais comumente, entretanto, 'discurso' é usado na linguística com referencia a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. (FAIRCLOUGH, 2001, p.21)

Fala e ação (ou teoria e prática) podem, na visão de Fairclough (2001), ser fatores não necessariamente opostos ou díspares. A oposição a essa dualidade é explicitada ao dizer que “A força de parte de um texto [...] é seu componente acional” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 111), ou seja, o discurso contém em si elementos que na sua interpretação revelam uma prática, uma ação, por si mesma. O autor continua dizendo que essas componentes que denotam ação são “dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 111).

## 1.2 A incompatibilidade entre crescer e preservar?

Revela-se ponto predominante no discurso político, econômico e jornalístico a noção de que o crescimento econômico não somente é imprescindível como também deve estar em constante aumento. O medo de que a falta de crescimento de uma nação leve a resultados catastróficos, como recessões econômicas, desemprego em massa e a consequente diminuição da qualidade de vida geral é consenso em boa parte do pensamento econômico atual. Leff denuncia que tanto a economia como a ciência da produção e distribuição colaboram para aquilo que ele denomina de crise da civilização, em que “o caráter acumulativo e expansivo do processo econômico suplantou o princípio da escassez absoluta, traduzindo-se em um processo de degradação global dos recursos naturais e serviços ambientais” (LEFF, 2006, p.233).

Prova disto é que, durante muitos anos, o principal indicador de riqueza de uma nação era medido através do PIB (Produto Interno Bruto), que consiste na soma numérica dos valores produzidos por uma nação, mas que não reconhece ou não contabilizam as perdas ecológicas em seu cálculo. Essa crítica ao PIB foi bem estruturada por Veiga ao defender a “necessidade de resgatar a grande diferença que existe entre PIB e riqueza” (DA VEIGA, 2007, p. 41). O autor continua essa crítica ao falar que “o PIB não inclui a depreciação de ativos, como é o caso da degradação de ecossistemas” (DA VEIGA, 2007, p. 41). Mesmo sendo um indicador útil a muitas análises econômicas, ele é insuficiente ao esconder as desigualdades de renda e ao encobrir as “externalidades” do modelo socioeconômico atual.

A pressão econômica, dessa forma, torna-se grande responsável na criação de políticas públicas que, por sua vez, terão impacto direto na forma de se produzir e de se lidar com a utilização dos recursos naturais. Políticas econômicas ostensivas tendem a perceber o ambiente como repositório dos recursos naturais, que devem ser utilizados de forma indistinta para se alcançar os resultados econômicos esperados.

Em outra forma de se pensar a economia, a natureza deve perder o status de “recurso” para se tornar um bem aliado às necessidades da população. Esse novo status em que se encontra a natureza, nessa outra forma de se pensar os seus componentes, é incorporado às políticas públicas de maneira a se respeitar ao máximo o tempo natural, que se revela mais lento que o tempo humano em sua avidez por novidades e necessidade de

constante crescimento e renovação. Essa diferença foi descrita por Cechin & Da Veiga (2010), ao diferenciar a economia convencional da economia ecológica da seguinte forma:

No fundo, são duas concepções de mundo, pois a convencional enxerga a economia como um todo, e quando chega a considerar a natureza, o meio ambiente, ou a biosfera, eles são entendidos como partes ou setores da macroeconomia: florestal, pesqueiro, mineral, agropecuário, áreas protegidas, pontos ecoturísticos, etc. Exatamente o inverso da economia ecológica, para a qual a macroeconomia é parte de um todo bem mais amplo, que a envolve e a sustenta: a ecossistêmica(...). (CECHIN & DA VEIGA, 2010, p. 02).

A aparente incompatibilidade entre o crescimento econômico, suscitados pela crescente demanda de políticas públicas em direção ao desenvolvimento, e a preservação do meio ambiente cria polos de “desenvolvimentistas” e “ambientalistas” que, em suas diversas correntes e diferentes ênfases na defesa de seus ideais, aparecem como grupos polarizados e com focos completamente diferentes.

O desafio em se conciliar interesses distintos em um cenário que envolve grupos sociais, setor produtivo e necessidade de proteção ambiental torna-se o grande desafio atual na política ambiental. Barbosa (1991) reconhece o valor do tema, não apenas para o governo, como também para o exercício político de diversos grupos sociais e empresas que se utilizam da importância do tema na atualidade como fator de competitividade. Barbosa mostra que:

O meio ambiente se tomou o grande referencial para todos os grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva, na medida em que os grandes sistemas alternativos de interpretação da realidade, na busca de um mundo melhor, começam a desaparecer debaixo das ruínas do socialismo do Leste europeu. (BARBOSA, 1991, p. 242)

Ao analisar a dificuldade da consolidação da política ambiental no país, Lima destaca alguns pontos, entre eles a constatação que no Brasil e “em muitos poucos países a questão ambiental seja um tema prioritário.” (LIMA, 2011, p. 126). O autor faz essa constatação ao mostrar que durante os oito anos do governo Lula, o Ministério do Meio Ambiente “está entre os últimos itens de despesa da União, só ficando atrás dos Ministérios da Cultura, dos Esportes e do Turismo. (LIMA, 2011, p. 126)” Outro fator destacado é a decisão política governamental pelo desenvolvimento em detrimento das ações para a proteção ambiental:

A ambiguidade do papel do Estado em relação aos problemas ambientais é outro elemento que cria dificuldades adicionais ao avanço das políticas para o setor. Ou seja, a ação global do Estado ao estimular o crescimento econômico sob diferentes formas produz, inevitavelmente, uma ampla diversidade de impactos ambientais

negativos que são transferidos para toda a sociedade, ainda que assimetricamente. Por outro lado, cabe a esse mesmo Estado fazer a regulação, o controle e a gestão ambiental para garantir a própria reprodução dos sistemas econômico, político e social, gerenciar os conflitos de interesses entre grupos concorrentes e responder às demandas dos movimentos sociais como tarefas de legitimação da ordem constituída. (LIMA, 2011, p. 126).

## II. METODOLOGIA

A análise de textos históricos proposto por Cardoso (1997) teve fator preponderante na escolha do método a ser utilizado neste trabalho. Mesmo que o autor tenha desenvolvido uma metodologia de análise de textos históricos, acredito ser útil a sua aplicação na análise de discurso em um período de tempo contemporâneo pelos seguintes motivos: o nível semântico do discurso, apresentado de forma clara, encontra-se presente em qualquer tipo de texto e apresenta-se como um rico fator de análise textual. É feito então a seguinte declaração ao explicar os níveis semânticos do discurso:

[...] é possível, com apoio nas categorias semânticas isotópicas, a passagem da microssemântica (entendida como a significação presente em cada frase ou enunciado que se tomar isoladamente) à macrossemântica (a significação do discurso completo, considerado no nível transfrasal). Seriam categorias semânticas isotópicas aqueles elementos de significação recorrentes, redundantes, repetitivos: os quais, por tais características são subjacentes à coerência principal (CARDOSO, 1997, p.173).

O que o autor chama de categorias semânticas isotópicas pode ser descrito, de forma simplificada, como o principal objetivo do trabalho que é o de encontrar os temas repetitivos e recorrentes em uma seleção de discursos da presidenta Dilma Rousseff. Além disso, este método possibilita que a análise distancie-se do simples fator analítico e contribua para um entendimento da situação em que o discurso foi proferido.

Em um primeiro momento, foram selecionados os discursos oficiais proferidos pela presidenta Dilma Rousseff desde sua posse em 2011, no site oficial da presidência da república<sup>6</sup>. O critério de seleção atendeu a dois parâmetros principais: a quantidade de falas selecionadas deveria ser suficiente para a exequibilidade no tempo e limitação de páginas deste trabalho, o que levaram a quantidade de 6 (seis) falas. Outro critério foi o de selecionar temas que poderiam ter algum tipo de interface com o tema ambiental, seja pelas atividades tradicionalmente conhecidas pelos conflitos e debates ambientais que suscitam ou de grupos que propõe uma discussão sobre a forma com que o meio ambiente visto e tratado pela sociedade em geral.

Os discursos coletados foram agrupados nos seguintes temas: 1.1: Discursos em eventos com caráter ambiental (Dia Mundial do Meio Ambiente; abertura da Rio+20); 1.2: Discursos ao setor empresarial (Lançamento do Marco Regulatório da Mineração; abertura

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos> acesso em 22/05/2014

oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014); 1.3: Discursos à sociedade civil organizada (encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011).

Essa primeira etapa da metodologia corresponde à primeira fase da leitura isotópica proposta por Cardoso, que fala que “num primeiro momento, o exame comparativo das partes componentes de um texto – frases, enunciados – descobre suas categorias semânticas (de significação) subjacentes” (CARDOSO, 1997, p.174).

Com os discursos separados nessas categorias, foi verificada a frequência de palavras-chaves que aparecem reiteradamente, ocasião em que foi possível perceber a ênfase dada em cada um dos temas. Tal etapa corresponde ao que Cardoso (1997) descreve em sua segunda fase de análise: “em seguida, isolam-se dentre aquelas categorias sêmicas que se repetem, que são recorrentes no texto: são essas, precisamente, as categorias isotópicas” (CARDOSO, 1997, p. 174).

Com base na descrição das cinco linhas do pensamento ambientalista atual proposta por Foladori (2005) <sup>7</sup>, as falas presidenciais foram comparadas às características observadas em cada uma das linhas e divisões dos modelos, o que demandou constante análise das características da fala com as características que formam as diferentes linhas de pensamento ambientalista. Cardoso descreve tal etapa da seguinte forma: “por fim, tais categorias isotópicas são distribuídas pelos três níveis semânticos [...] (figurativo, temático e axiológico).” (CARDOSO, 1997, p.174)

Estes níveis citados por Cardoso (1997) representam a análise do discurso em si. O figurativo representa a fala através de metáforas que remetem ao mundo real ou imaginário sem que se toque diretamente no assunto que se tem como objeto. O nível temático é focado nos conceitos e, por isso, fornece uma base mais direta de interpretação da realidade. O nível axiológico, por sua vez, tem apoio no sistema de valores de uma sociedade, em que as oposições entre o bom e o mau, o correto e o incorreto, por exemplo, são bem marcados.

Por fim, termino esta proposta metodológica com uma afirmação do próprio Cardoso (1997) da relevância da análise textual para que se possa “[...] atingir o entendimento

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que a proposta apresentada por Foladori representa apenas uma das várias tipologias do ambientalismo. Diversos autores já se propuseram a formular outras classificações. A escolha por Foladori se deve a seu amplo conhecimento do cenário ambiental e econômico da América Latina, o que faz as cinco tipologias sugeridas por ela uma das mais adequadas à aplicação no caso brasileiro.

do que de fato ele diz ou significa mediante uma análise levada a cabo com base no conhecimento das especificidades da língua da época e da região em que foi gerado [...].” (CARDOSO, 1997, p. 20). A época, que no caso é o governo Dilma Rousseff e o que se diz, que é representado pela sua fala, possibilitará o conhecimento dos percursos políticos e ambientais que estamos vivendo e que invariavelmente afetará diversas gerações no futuro.

### III. TIPOLOGIAS DO PENSAMENTO AMBIENTAL ATUAL

Entre as diversas formas de caracterizar e nomear o pensamento ambiental, o presente trabalho opta por utilizar a classificação descrita por Foladori (2005). O autor tipifica o pensamento ambientalista relacionando-o ao pensamento ético-filosófico da época em que surgiu, o que se traduziu nas cinco diferentes tipologias de pensamento ambiental cuja característica básica que as diferencia é a sua ligação mais voltada ao ecocentrismo ou antropocentrismo.

Martinez-Alier mostra que o pensamento ambientalista expandiu-se como resposta à crescente industrialização, apesar de nem todas as tipologias se oporem à forma de produção industrial (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.21). O que diferencia essas linhas do pensamento ambientalista são as análises particulares que cada uma delas faz acerca dos diferentes assuntos de que tratam, como “biologia da conservação, ecologia industrial, [...] feminismo, com o poder de Estado, com a religião, com os interesses empresariais [...]” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 22).

Foladori separa as diferentes linhas de pensamento tendo como base o que ele chama de “pontos de partida éticos” (FOLADORI, 2005, p.04) que pode ser entendido como o dilema principal na análise ecológica atual. Tal dilema baseia-se na discussão em torno da aparente dicotomia natureza e sociedade, em que se discute se a natureza é uma “esfera separada ou justaposta à sociedade humana” (FOLADORI, 2005, p. 04). Tal característica é a primeira análise de separação das linhas de pensamento, tornando-se o fator que define em ecocêntricas ou antropocêntricas as linhas do pensamento ambientalista.

Esses dois pontos de partida podem ainda serem considerados éticos, pois, segundo Taylor (1981), são regras de conduta que orientam a atitude humana para um viés mais *human-centered*, ao se optar pelo antropocentrismo ou *life-centered* em direção ao ecocentrismo. O ecocentrismo, que nas palavras de Taylor revela-se como a tendência a uma atitude *life-centered*, prega a obrigação moral do ser-humano na proteção do ecossistema natural (TAYLOR, 1981, p.198). Essa proteção, para o mesmo autor, inclui atitudes como a manutenção da integridade dos ecossistemas naturais, a preservação das espécies em perigo de extinção e a diminuição da poluição. Todas essas atitudes, que são base do ecocentrismo, denotam o reconhecimento do valor intrínseco à todas as espécies naturais.

O Antropocentrismo, que Taylor (1981) define como a atitude *human-centered*, caminha na contramão do ecocentrismo na medida em que prega a promoção da preservação ambiental, desde que atitudes de preservação não dificultem aos seres humanos de suprir suas próprias necessidades (TAYLOR, 1981, p.198). Há, nessa visão, uma prioridade no bem-estar humano a despeito da necessidade de preservação dos ecossistemas.

Ao se analisar as linhas de pensamento antropocêntricas, pode-se perceber a existência de um foco no bem-estar humano que invariavelmente relaciona-se ao fator econômico e produtivo. Tal ênfase leva a ações políticas que priorizam o bem-estar humano e que, conseqüentemente, define a forma com que a natureza é utilizada. Por isso é relevante recorrer ao que Cavalcanti (2010) denominou de duas diferentes visões que relacionam a prática econômica com a exploração do meio ambiente: a “visão econômica da economia”, em que há a defesa do crescimento econômico sem que se imponha qualquer limite para o seu crescimento e a “visão econômica da ecologia” em que o fator ecológico serve como freio da atividade econômico-produtiva. Ambos os termos, que serão explicados mais detalhadamente à frente, introduzem a importância da discussão econômica tanto na relação dos fatores produtivos da sociedade o que, como consequência, impacta nas decisões políticas de um país.

Ambos os pontos de partida éticos - ecocêntrico e antropocêntrico - descritos por Foladori (2005), são a base para se entender a tipologia do pensamento ambientalista decomposto em cinco “tipos ideais”. Duas delas encaixam-se na descrição ecocêntrica (Ecologia Profunda e Verdes), duas delas na Antropocêntrica (Ambientalismo Moderado, Cornucopianos) e os Marxistas, que não se encaixa perfeitamente bem em nenhum dos pontos de partida anteriores, por motivos que serão discutidos posteriormente. Segue abaixo descrição de cada uma dessas tipologias do pensamento moderno ambiental.

### **3.1 A Ecologia Profunda**

Perceber a Terra como Gaia, ou seja, como uma intrincada rede de interconexão entre os seres, é um dos principais pressupostos defendidos pelos adeptos desta linha de pensamento. Pepper também denomina este movimento como “Gaianismo”, em que todos os elementos naturais – humanos e não humanos – estão interconectados por um “complexo sistema homeostático” (PEPPER, 1993, p. 37).

Tal abordagem parte do princípio de que o cuidado com a natureza deve ser praticado independentemente das necessidades humanas. Dessa forma, pressupõe-se que a natureza, como destacado por Foladori, possui o seu valor intrínseco, o que dota a natureza de direitos equivalentes aos direitos do homem. A abordagem tem raízes nas ideias de *Deep Ecology* (Ecologia Profunda), de Naess (1973) que, da mesma forma como foi descrito no Gaianismo, baseia-se nos princípios da relação sistêmica entre todos os seres, direitos igualitários, celebração da diversidade e igualdade de importância e a luta contra a poluição e exploração dos recursos. Capra resume as principais características desta abordagem através da seguinte definição:

A ecologia profunda é apoiada pela ciência moderna e, em especial, pela nova abordagem sistêmica, mas tem suas raízes numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudança e transformação. (CAPRA, 1982, p.390).

Segundo Diegues (2001), o filósofo Norueguês Arne Naess em 1972, ao criar o termo *Deep Ecology*, questionava a redução da biodiversidade para utilização dos recursos pelos seres humanos. O uso só deveria ser feito para satisfazer necessidades vitais, o que vinha na contramão de uma sociedade baseada em um modelo de produção em massa. Essa visão é também influenciada pelas religiões, principalmente orientais, o que enfatiza o caráter sagrado com que a natureza se apresenta aos defensores dessa tipologia.

Diegues mostra que a Ecologia Profunda defende que a natureza é entidade a ser preservada e cujo objetivo é “proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2001, p.30). A Ecologia Profunda também critica a forma com que as sociedades modernas relacionam-se com a natureza. A Ecologia Profunda relaciona-se com o biocentrismo, surgido a partir dos estudos da evolução de Charles Darwin (DIEGUES, 2001, p.31), de forma a não haver gradação de importância entre os diversos seres na natureza, incluindo o homem, tornando-os detentores de direitos semelhantes o que pode ser caracterizado como o princípio dos “direitos intrínsecos do mundo natural” (DIEGUES, 2001, p.44).

Barbosa ainda destaca a existência de uma “ideologia biocêntrica”, que é um sistema em que “a ação humana sobre a natureza, mesmo nos seus níveis mínimos, é, por definição, profanadora e, como tal, deve ser mantida à distância” (BARBOSA, 1991, p.238). Martinez-Alier, ao mostrar a existência de uma corrente que prega o “culto ao silvestre”

(MARTINEZ-ALIER, 2007, p.21), reforça a ideia dessa ideologia biocêntrica. Os adeptos ao culto ao silvestre buscam respaldo científico na biologia da conservação e possuem as seguintes propostas políticas:

A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livre da interferência humana. Existem gradações a respeito das proporções que as áreas protegidas toleram em termos da presença humana, se estendendo desde a exclusão total até o manejo consorciado com as populações locais. (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.24)

Não há um isolamento ou ingenuidade de pensamento dos defensores da Ecologia Profunda, havendo sim uma visão sobre a natureza e a sociedade humana completamente descolada da lógica economicista que trata a natureza como um valor a ser explorado. Por isso os ecologistas profundos pregam a necessidade de “uma mudança cultural na direção de novos valores sociais” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.24), valores estes que são resultado direto do questionamento à industrialização e a crítica ao materialismo imposto pelo modo de produção industrial.

### **3.2 Os Verdes**

A tipologia do pensamento ambiental denominada Verde teve suas raízes nos partidos verdes da Grã Bretanha e Alemanha (FOLADORI, 2005, p.10), o que os garante uma organização política que os conduz a uma atitude ativa no questionamento dos valores da sociedade capitalista. Como na Ecologia profunda, a ética biocentrista deve guiar o comportamento humano, sugerindo uma sujeição do homem às “leis da ecologia” (DIEGUES, 2001, p.11), que prima pelo respeito à todas as formas de vida.

Uma das principais características deste grupo, que os diferencia da linha ecológica profunda, é a utilização da ecologia como base científica (FOLADORI, 2005, p.12) para, a partir dela, obter aporte para contestar as intervenções humanas no ambiente. Capacidade de carga, segunda lei da termodinâmica e o impacto demográfico são temas abordados pela ciência ecológica. Os verdes, portanto, defendem o respeito à capacidade de carga do planeta, que calcula o impacto humano na terra e os resultados e questionamentos dos modelos de produção e consumo (MOFFAT, 2000, p.359) e a observância da segunda lei da termodinâmica, que utiliza conceitos da física para mostrar as perdas energéticas sofridas transformação da natureza pelo homem (DA VEIGA, 2009, p.14). Outra frente defendida por essa linha é a crítica ao crescimento populacional, relacionando-o como uma das principais

causas da crise ambiental. Martine faz a crítica a este modo de pensamento ao destacar que muitas vezes tenta-se detectar um fator chave como causa da crise ambiental, sem que se perceba a complexidade que envolve diversos fatores:

A visão neo-malthusiana que predomina na atualidade é atraente porque, além de conter um elemento fundamental de verdade, reduz essa questão complexa a uma causalidade unidimensional e sugere uma solução relativamente indolor – o controle populacional – que não ameaça as estruturas, os privilégios ou os interesses dominantes. (MARTINE, 1993, p.37)

Para Foladori (2005), os Verdes tem bastante influência no ativismo ambiental atual, pois consegue juntar as ideias defendidas pela ecologia profunda, como o profundo respeito ao meio ambiente, e ao mesmo tempo em que consegue defender seus argumentos utilizando-se de conceitos da ciência da ecologia.

### **3.3 O Ambientalismo Moderado**

Adentrando na corrente antropocentrista, o ambientalismo moderado rompe com a linha biocêntrica, de acordo com Foladori (2005), ao posicionar o homem como elo principal da relação homem-ambiente. Percebe-se então uma atitude de dominação do meio natural, através da apropriação daquilo que passa a ser considerado recurso natural e que devem, dessa forma, garantir a qualidade de vida humana. Os diferentes graus desde domínio do homem sobre a natureza correspondem às diferentes correntes antropocentristas.

O ambientalismo moderado reconhece a existência dos problemas ambientais causados pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista, sem, contudo, contestar a forma de produção, já que considera que ela é essencial ao desenvolvimento. (FOLADORI, 2005, p.16) Uma das características principais dos defensores desta linha é a defesa do desenvolvimento técnico para estimular a produção industrial e, conseqüentemente, incentivar o crescimento econômico.

Diegues relaciona tal pensamento com a corrente ecodesenvolvimentista da década de 70, que correlaciona a produção e a preservação através de três princípios que são o “uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2001, p. 29)”. Há, portanto, uma tendência a uma desvinculação do preservacionismo, que fala da importância primordial de uma ética biocêntrica, para o conservacionismo, que prega o uso racional dos recursos naturais (DIEGUES, 2001, p. 30).

Pode-se adicionar a esta categoria a análise econômica feita por Cavalcanti (2010) que entende os danos ambientais como “externalidades” a serem superadas. Os danos ambientais são, dessa forma, naturalmente incorporados na equação produtiva e é o preço que a sociedade precisa pagar para obter os benefícios propostos pela atividade produtiva. A esse pensamento, Cavalcanti deu o nome de “visão econômica da ecologia” (CAVALCANTI, 2010, p.56).

O autor demonstra que essa linha de raciocínio econômico vê o ambiente é um “apêndice da economia-atividade, a qual continua sendo vista como o todo dominante” (CAVALCANTI, 2010, p.56). Isso torna claro que, como apêndice, o poder econômico tem mais valor que o poder ambiental, tornando-o um “almoxarifado ou dispensa” (CAVALCANTI, 2010, p.56). A capacidade de carga, ou seja, de produção de determinado meio ambiente é o que vai determinar os níveis de produção econômica, e não fatores ligados ao bem-estar social e direito inerente da natureza, como pregado pela ecologia profunda.

As políticas ambientais defendidas são baseadas em estudos econômicos, que envolvem controle e comando das ações produtivas danosas. Limitar a contaminação, uso de filtros, controle de uso dos recursos naturais e proibição de algumas atividades degradantes são exemplos desse controle sobre os invariáveis efeitos das atividades produtivas em nível industrial. O uso de instrumentos de mercado como taxas e subsídios, são políticas defendidas para defesa dos recursos ambientais.

A corrente que Martinez-Alier denomina “evangelho da ecoeficiência” apresenta características que se assemelham ao que Foladori denominou de Ambientalismo Moderado. Para Martinez-Alier, a crítica à industrialização e à agricultura é feita à medida que ela impacta de forma negativa a qualidade de vida da população. Por isso, Martinez-Alier assinala que os defensores do evangelho da ecoeficiência defendem “o crescimento econômico, ainda que não a qualquer custo” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.26). Sobre o evangelho da ecoeficiência, é acrescentado que:

[...] acredita no ‘desenvolvimento sustentável’, na ‘modernização ecológica’ e na ‘boa utilização’ dos recursos. Preocupa-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. (MARTINEZ-ALIER, 2007, p.26).

Os adeptos da ecoeficiência substituem termos como natureza e “falam mais precisamente de ‘recursos naturais’, ou até mesmo ‘capital natural’ e ‘serviços ambientais’”

(MARTINEZ-ALIER, 2007, p.27). Do ponto de vista econômico, Martinez-Alier também caracteriza a linha como a forte crença em decisões gerenciais e técnicas na resolução de problemas ambientais. Tais problemas devem ser resolvidos para que o fator de produção não seja prejudicado, não tendo relação nenhuma com direitos intrínsecos da natureza. Termos como “modernização ecológica” surgem e são caracterizados da seguinte forma apoiado em duas pernas: uma econômica e outra tecnológica (MARTINEZ-ALIER, 2007).

### **3.4 Os Cornucopianos**

A principal crença dos que se encaixam nesta linha de pensamento é o entendimento de que os problemas ambientais podem ser superados com soluções técnicas, fazendo com que exista um fator conjuntural de confiança no desenvolvimento tecnológico e confiança no mercado. Os Cornucopianos possuem “uma visão unilateral do domínio do ser humano sobre o ambiente que o rodeia, e uma posição política claramente conservadora sobre o sistema capitalista” (FOLADORI, 2005, p.15).

O livre mercado, nessa visão, pode solucionar eventuais problemas ambientais através de estratégias sempre baseadas em pressupostos econômicos convencionais que, de forma mecanicista, protege sem que isso signifique em abrir mão do bem-estar e do desenvolvimento econômico. Carvalho caracteriza tal otimismo tecnológico ao relatar o caso da indústria madeireira no Paraná, que se comporta “como se as florestas fossem inesgotáveis”. (CARVALHO, 2010, p.128). O autor ainda revela que tal modelo de pensamento se traduz em uma visão mecanicista do mundo, cujo progresso tecnológico trará a “salvação”.

Entre os modos de controle de problemas ambientais citados por Foladori e que são defendidos pelos Cornucopianos estão a restrição do consumo dos recursos não renováveis, substituição de matérias-primas e fontes energéticas e melhora da tecnologia (FOLADORI, 2005, p.15). A visão econômica da economia é caracterizada por Cavalcanti (2010) e pode ser encaixada na visão cornucopiana de entender a natureza. A visão econômica da economia é descrita da seguinte forma:

Nesse enfoque [...] o sistema econômico não encontra limites onde esbarrar. Ele pode tudo. É autossuficiente. Sua expansão não envolve custos de oportunidade. Ou seja, não há trocas ou desgastes decorrentes de mais economia que precise destruir recursos, seja para extração, seja para despejo do lixo em que irremediavelmente termina o processo econômico. (CAVALCANTI, 2010, p.54)

A principal diferença entre os Cornucopianos e os Ambientalistas Moderados é que, para o primeiro grupo, o crescimento econômico deve ser estimulado em sua plenitude, não podendo ser limitado pelo fator natural. A natureza deve ser protegida apenas para garantir que a atividade produtiva se mantenha, e nunca por objetivos simplesmente da defesa da biodiversidade e preservação dos seres.

### **3.5 Os Marxistas**

Os Marxistas ocupam, para Foladori (2005), posição diferente das tipologias do pensamento ambiental anteriores já que os defensores desta linha não podem ser encaixados nem no ponto de partida ecocêntrico nem antropocêntrico, já o homem está integrado à natureza sem que haja uma separação entre estes dois elementos. Dessa forma, a dicotomia homem/natureza, que é a base da discussão da ecocêntrica ou antropocêntrica, já não faz sentido uma vez que não existe diferença desses dois elementos.

As formas em que o homem se apropria da natureza possui íntima relação com o modo de produção e as relações sociais de classes que essas relações representam. A responsabilidade pela degradação ambiental, portanto, mesmo que de alguma forma recaia sobre todos os que participam da compra de produtos ou serviços, é de responsabilidade primordial dos detentores dos meios de produção, já que são eles que determinam o quê e como produzir. (FOLADORI, 2005, p.19). Percebe-se, portanto, que há no pensamento ambiental marxista forte influência das classes sociais descritas por Marx, que propõe o entendimento da dinâmica social com base na desigualdade das diferentes classes socioeconômicas.

Ao distinguir politicamente dois grupos, os quais denominam Eco-capitalistas e Eco-socialistas, Waldman (1990) relembra a questão da luta de classes que envolvem a atividade produtiva e o uso dos recursos naturais. Enquanto o autor caracteriza os Eco-capitalistas com características similares às discutidas durante a caracterização do Ambientalismo Moderado, o Eco-socialismo apresenta características dos Marxistas proposta por Foladori:

Já para os Eco-socialistas, a única forma de compatibilizar a questão do meio-ambiente com uma existência plena está na reformulação integral das diretrizes sob as quais vivemos. Estão convencidos da necessidade de escapar dos esquemas teóricos tradicionais, incluindo o marxismo dogmático e esquematizante que dominou largas parcelas do pensamento progressista. Lutam por uma sociedade justa, ecologicamente responsável, entendendo que a luta ambientalista somente terá

sucesso quando assimilada pelos que mais se ressentem da crise ecológica: os trabalhadores. (WALDMAN, 1990, p.06)

Com objetivo de resumir as características das cinco correntes debatidas nesse trabalho e, baseando-se principalmente no texto apresentado por Foladori, segue tabela com os principais pontos das diferentes correntes apontadas.

## QUADRO 1

Descrição das tipologias do pensamento ambiental

<b>Ponto de partida</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Características Principais</b>
<b>Ecocêntrico</b>	<b>Ecologia Profunda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ecocentrista</li> <li>- Gaia – rede de conexões interdependentes entre todos os seres</li> <li>- Valor intrínseco da natureza</li> <li>- Influências religiosas e místicas</li> <li>- Crítica ao desenvolvimento</li> <li>- Todos os seres possuem a mesma importância</li> </ul>
	<b>Verdes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ecocentrista</li> <li>- Surgimento nos partidos verdes europeus</li> <li>- Homem deve sujeitar-se à ética biocentrista</li> <li>- Ecologia como base científica</li> </ul>
<b>Antropocêntrico</b>	<b>Ambientalismo moderado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tecnocentrista</li> <li>- visão econômica da ecologia</li> <li>- reconhece problemas ambientais, embora não conteste a forma de produção.</li> <li>- Apoio ao desenvolvimento técnico</li> <li>- Base no ecodesenvolvimentismo da década de 70</li> <li>- Natureza como apêndice da atividade econômica</li> <li>- Controle de danos ambientais ditados pelos pressupostos econômicos</li> <li>- Natureza como recurso natural</li> <li>- Defesa da modernização ecológica como forma de reduzir impactos</li> </ul>
	<b>Cornucopianos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tecnocentrista</li> <li>- caracterizada pelo otimismo</li> <li>- Superação da crise ambiental pelo avanço tecnológico;</li> <li>- visão econômica da economia</li> <li>- Natureza não deve impor barreiras à economia, que deve crescer sem limites.</li> </ul>
<b>Marxistas</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existe separação entre homem e natureza</li> <li>- Correlação entre problemas ambientais e sociais</li> <li>- Buscam uma sociedade justa e ecologicamente responsável.</li> <li>- Responsabilidade pela degradação ambiental deve recair principalmente sobre as classes produtoras</li> </ul>

Fonte: FOLADORI, 2005, p. 7

Nota: tabela adaptada

#### IV. ANÁLISE DE DADOS

Mesmo que o discurso presidencial seja proferido em caráter público e esteja disponível de forma indistinta para consulta e análise, os locais e modos de fala denunciam uma clara tentativa de se atingir públicos específicos. Essa percepção foi a base que permitiu o agrupamento neste trabalho em três conjuntos: discursos em eventos de caráter ambiental, discursos para o setor empresarial e discurso à sociedade civil organizada.

Partindo-se deste princípio e reconhecendo ser falha qualquer tentativa de categorizar em blocos estes discursos, a categorização foi realizada de acordo com os aspectos enumerados abaixo. O primeiro deles refere-se à personalidades e/ou grupos sociais que estavam presentes no ato do discurso. Tal levantamento pode ser feito na leitura inicial dos agradecimentos proferidos pela presidenta, antes do discurso em si. O segundo aspecto foi o tema e conteúdo do discurso, que foi utilizado para dar nome aos três blocos citados acima. Levando-se em conta as limitações apresentadas anteriormente, segue descrição dos conjuntos de discursos:

- 1) **DISCURSOS EM EVENTOS DE CARÁTER AMBIENTAL** – neste conjunto foram incluídos dois discursos: **Cerimônia de abertura protocolar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**<sup>8</sup>, proferido no dia 20 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, RJ e **Cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente**<sup>9</sup>, proferido no dia 05 de junho de 2012 em Brasília, DF.
- 2) **DISCURSOS PARA O SETOR EMPRESARIAL** – neste conjunto foram incluídos dois discursos: **Abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014**<sup>10</sup>, proferidos no dia 11 de fevereiro de 2014 em Lucas do Rio Verde, MT e **Cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração**<sup>11</sup>, proferido no dia 18 de junho de 2013 em Brasília, DF.

<sup>8</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>, acesso em 15/08/2014.

<sup>9</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-comemoracao-do-dia-mundial-do-meio-ambiente>, acesso em 14/08/2014.

<sup>10</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-por-ocasio-da-abertura-oficial-da-colheita-da-safra-brasileira-de-graos-2013-2014-e-inicio-do-plantio-da-2a-safra>, acesso em 14/08/2014.

<sup>11</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: [www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-)

- 3) **DISCURSOS À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA** – neste conjunto foram incluídos dois discursos: **Encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**<sup>12</sup> proferido no dia 07 de abril de 2011 em Brasília, DF e **solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011** proferido no dia 17 de agosto de 2011 em Brasília, DF<sup>13</sup>

A análise de palavras mais frequentes será analisada como suporte para identificação das linhas de pensamento que são destaque em cada discurso, ao mesmo tempo em que permite comparar o destaque dado a determinados assuntos quando o público a que se refere o discurso é proferido.

O discurso na **Cerimônia de abertura protocolar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)** revela a inclinação da presidenta ao utilizar e defender a versão clássica do desenvolvimento sustentável ao destacar a preservação do meio ambiente sem deixar de levar em conta o crescimento econômico. Em boa parte dos discursos analisados em que cita o termo “desenvolvimento sustentável”, principalmente neste primeiro grupo em que se analisam os eventos de caráter ambiental, a presidenta destaca que o desenvolvimento pode ser traduzido em três palavras: crescer, incluir e proteger, que respectivamente referem-se aos âmbitos econômico, social e ambiental, tornando-os indissociáveis e inter-relacionados.

É importante salientar também que, durante a fala, a preservação ambiental nunca é desassociada do conceito de desenvolvimento sustentável. O termo garante à presidenta a autoridade de defender o crescimento industrial do país ao mesmo tempo em que defende o cuidado com o meio-ambiente. Pode-se comprovar tal interpretação ao se analisar o seguinte trecho da fala da presidenta: “Desenvolvimento sustentável implica crescimento da economia, para que se possa distribuir riqueza.”. Da Veiga (2007) relata uma tendência mundial de um

---

republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-da-mineracao-brasilia-df, acesso em 14/08/2014.

<sup>12</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-do-movimento-dos-atingidos-por-barragens-mab>, acesso em 15/08/2014

<sup>13</sup> Discurso disponível no site oficial da presidência da república, disponível no endereço: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-encerramento-da-marcha-das-margaridas-2011-brasilia-df-31min17s>, acesso em 02/11/2014

pensamento economicista de que o crescimento econômico é fator fundamental ao desenvolvimento social ao falar que:

O debate científico internacional passou recentemente a ser pautado pela hipótese ultra-otimista de que o crescimento econômico só prejudique o meio ambiente até um determinado patamar de riqueza aferida pela renda per capita. A partir dele, a tendência tenderia a se inverter, fazendo com que o crescimento passasse a melhorar a qualidade ambiental. Raciocínio idêntico à velha parábola sobre a necessidade de primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo melhor”. (DA VEIGA, 2007, p.28)

O otimismo no crescimento econômico como motor que pode gradualmente levar uma sociedade a um patamar em que o meio-ambiente é respeitado pode ser relacionado à fala da presidenta ao afirmar que “Nosso modelo de desenvolvimento não é o único, mas mostra que é possível avançar para uma sociedade sustentável”. Identifica-se, portanto, duas premissas destacados por Veiga (2007): A sociedade sustentável é um modelo a ser alcançado, e seu alcance está vinculado ao desenvolvimento econômico desta sociedade. O discurso ambiental-econômico da presidenta, desta forma pode tornar-se muitas vezes ambíguo, não por causa dos temas em si, mas por causa da abrangência com que o tema do desenvolvimento sustentável em sua abordagem clássica precisa lidar. Tal ambiguidade, contudo, não deve ser compreendida como falha de retórica ou inabilidade de expressão. A ambiguidade muitas vezes é o objetivo do discurso, principalmente quando setores da sociedade com interesses diversos e muitas vezes conflitantes precisam ser ouvidos.

O discurso também reconhece o ser humano como centro da preocupação ambiental atual, o que revela uma tendência ao pensamento antropocentrismo de que a natureza deve fornecer recursos suficientes para que o homem viva de forma digna. A fala da presidenta que mostra tal característica é “A afirmação de que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável colocou a erradicação da pobreza como requisito indispensável da ação política”. Neste trecho, a fala da presidenta aproxima-se ao que é defendido pela tipologia Marxista, ao trazer à discussão as diferenças de classe ao relacionar a melhoria ambiental com a erradicação da pobreza.

Essa relação entre pobreza e meio ambiente é tendência histórica no país, como foi identificado por Hochstetler & Keck. As autoras mostram ainda que a forma como o socioambientalismo é explorado no Brasil, ele pode ser considerado como um

“desenvolvimento sustentável para as pessoas pobres” (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 13), ou seja, ao se incluir a resolução dos problemas sociais no cálculo desenvolvimento sustentável, ele se torna mais efetivo à medida que as populações têm o poder de buscar o seu próprio desenvolvimento. Segue trecho do discurso em que essa aproximação se torna clara: “Temos avançado com determinação em nosso modelo de desenvolvimento sustentável. Estamos *crescendo com inclusão e justiça social*. Mais de 40 milhões de pessoas ascenderam às classes médias e dezenas de milhões deixaram a pobreza e a miséria. Criamos 18 milhões de empregos formais e expandimos a renda dos trabalhadores.” (grifo meu). Fica claro, portanto, que um dos objetivos da adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável é o de garantir a inclusão e a justiça social.

Ao falar de que “A transferência das indústrias mais poluentes do Norte para o Sul do mundo colocou as economias desenvolvida no rumo de uma produção tida como mais limpa, mas deixou pesada carga e conta socioambiental para os países em desenvolvimento.” faz com que o discurso mais uma vez aproxima-se da tipologia Marxista ao criticar a divisão internacional do trabalho, que permitiu a migração de indústrias poluentes para países em desenvolvimento. Mesmo que não seja uma crítica direta, uma vez que o país enaltece em muitos discursos o aumento da industrialização, é uma forma de justificar o modelo produtivo sem que se descarte a importância do trabalho e da produção de bens industriais como forma de se trazer o desenvolvimento. Há um reforço na crítica quando, em outro momento, a presidenta destaca o esforço do país em reduzir suas emissões. Com isso, ela utiliza essa divisão internacional do trabalho de forma a defender o Brasil e criticando o não comprometimento de outros países na redução da poluição: “[...] Isso nos autoriza a demandar maiores contribuições dos países desenvolvidos para o esforço global”.

Voltando ao trecho citado anteriormente em que a presidenta explicita que “estamos crescendo com inclusão e justiça social” reforça a ideia de que a discussão ambiental não é desatrelada do crescimento econômico e das melhorias sociais. É de extremamente relevante salientar que o discurso do desenvolvimento sustentável tem fundamental importância no discurso presidencial, pois consegue conjugar esses três aspectos, apesar das contradições já apontadas no primeiro capítulo. Temas como ampliação de uso de energia limpa, redução do desmatamento e aumento de área preservada são dados estatísticos que são apresentados, ao mesmo tempo em que se fala do aumento da produtividade agrícola. Ao trazer o fator agrícola como destaque, a presidenta consegue o exemplo perfeito que conjuga aumento da

produtividade com redução do desmatamento. Ela destaca que “Somos uma potência agrícola que contribui para alimentar o mundo. Nossa produção aumentou 180%, enquanto, nesse período, nossa área plantada cresceu pouco mais de 30%.”. É possível notar também que a fala sobre a agricultura, mais uma vez, destaca a importância do fator tecnológico como forma de preservação.

A presidenta demonstra ao interlocutor o compromisso ambiental do governo ao enumerar uma série de atitudes a serem tomadas e que se tornam metas e ampliação de programas políticos existentes: erradicação da pobreza, adotar os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, criação de foro para acompanhar a implantação desses objetivos, fortalecer o programa de meio ambiente na PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), ampliar a participação da sociedade civil nos processos de decisão sobre o meio-ambiente e adotar programa de dez anos para promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Neste ponto, o discurso é hábil ao demonstrar que há uma grande ênfase na defesa dos projetos que diretamente criem condições para a proteção do meio-ambiente, mas, ao mesmo tempo, é vago ao não estruturar como esses projetos serão executados. A utilização de verbos como “erradicação”, “criação”, “adoção” e “fortalecimento” soam vagos se comparadas aos dados estatísticos sobre pobreza: “Mais de 40 milhões de pessoas ascenderam às classes médias e dezenas de milhões deixaram a pobreza e a miséria. Criamos 18 milhões de empregos formais e expandimos a renda dos trabalhadores.”. Essa ênfase em destacar medidas sociais é mais uma forma de se comprovar o que foi descrito por Hochstetler & Keck ao mostrar que o país utiliza o desenvolvimento sustentável como um dos caminhos para a erradicação da pobreza.

A visão utilitarista do meio ambiente como provedora de recursos também é amplamente encontrada no discurso. Em determinado momento é dito que “[...] os oceanos requerem crescente atenção. As populações de muitos países em desenvolvimento dependem diretamente de seus recursos.” Pode-se perceber que a ênfase encontra-se na necessidade de preservação pelos recursos em si, mais do que preservar pela biodiversidade. Os “recursos”, resultado do cuidado com a natureza, é o objetivo maior e final desse esforço para a preservação. Aliás, ênfase na citação da natureza através de palavra recurso é explicada por Foladori (2005) como uma característica do Ambientalismo Moderado que, por ser antropocêntrica, busca a utilidade da natureza para o ser humano.

Mesmo que seja possível notar características do discurso que se assemelha com característica da tipologia Marxista ao relacionar o desenvolvimento com o problema das classes sociais e o apelo à justiça ambiental, têm preponderância as características da tipologia do Ambientalismo Moderado, já que, ao mesmo tempo em que evidenciam os danos causados pelo atual modelo de produção, o fator técnico surge como instrumento capaz de reverter tais danos. Ela se afasta da tipologia Cornucopiana, pois não há evidências da defesa de que o desenvolvimento ocorrer de forma indiscriminada, a despeito da necessidade de preservação. Além disso, o fator desenvolvimento não é descartado. Ao contrário, ele é o motor para que a proteção ambiental ocorra.

Durante a fala da presidenta na **Cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente**, as temáticas tratadas durante o discurso analisado anteriormente são ampliados e intensificados. Percebe-se, em linhas gerais, um grande passo no sentido de pontuar as ações governamentais com a citação de marcos legislativos, estatísticas e programas que, segundo a presidenta, colocam o país como um dos que “mais avançou na preservação de sua biodiversidade”. O discurso do desenvolvimento sustentável também é bem marcado quando ela fala da importância econômica do meio ambiente no “fornecimento de bens e serviços”, contudo, a presidenta também destaca políticas governamentais de proteção socioambiental ao dizer que o governo está “homologando novas terras indígenas” e fortalecendo “a proteção de nossas florestas.” Pode-se notar que o discurso saiu um pouco apenas do discurso desenvolvimentista, abrangendo um novo aspecto da preservação ambiental e que inclui a defesa e proteção de povos indígenas. O destaque para o assunto também pode ser explicada à medida que havia lideranças indígenas no evento em questão.

Parto então para a caracterização dos assuntos tratados no discurso. A questão indígena é ponto fundamental no discurso. Quando a presidenta fala sobre a “relevância à questão da saúde e à questão da segurança alimentar dos povos indígenas” e ao tratar sobre a homologação de suas terras, o discurso apela a uma fala de pertencimento, de uma origem brasileira indígena que faz com que a presidenta conclua que está “cumprindo nosso dever de validar direitos constitucionais dos povos que estão na origem de todos nós, brasileiros.” Esse pertencimento é revelado quando a própria presidenta, utilizando-se do pronome “nós” resgata os laços históricos constituintes do povo brasileiro. A política pública, neste caso, é realizada não por uma necessidade, ou demanda real de mudança, mas por um ato de uma generosidade é revelada ao se reconhecer as raízes do povo brasileiro. A separação entre

Estado e Sociedade civil tão presente no discurso anterior é por um momento rompido, tornando-se todos – governantes e governados – frutos de uma mesma história.

A questão socioambiental e de preocupação com o bem-estar de povos e comunidades tradicionais é feito de maneira tímida e sem o devido apontamento de estratégias que vão levar à melhoria das condições dessas populações. Em um determinado momento do discurso, a presidenta fala, ao citar indígenas e quilombolas, que “o meio ambiente é, justamente, para nós, um dos principais instrumentos de preservar a condição de sustentabilidade desses povos.” Pode-se aprofundar neste assunto ao analisarmos como o assentamento de quilombolas é tratado pela presidenta: “há uma participação muito expressiva das populações que foram assentadas ou que foram beneficiadas com acesso à terra, como os quilombolas, e também as populações indígenas”. O que seria, para a presidenta, essa “participação muito expressiva”? A fala não é hábil ao estabelecer de maneira clara a resposta a este tipo de questionamento, tornando-se por isso vago e pouco elucidativo dos problemas reais destes povos. Pode-se ressaltar também, nesta mesma fala, que tais grupos, ao serem reconhecidos como “beneficiados” são retirados de uma condição de grupos com necessidades e exigências específicas para serem grupos alvos de políticas sociais benevolentes.

A afirmação do significado clássico do “desenvolvimento sustentável” e repetido de formas diferentes nos diversos discursos, reafirmando o compromisso do país com suas gerações futuras e sem questionar modelos de desenvolvimento ou de consumo. Neste discurso específico a presidenta descreve o termo ao falar que “devemos saciar a fome e a sede agora e sempre de forma perene para nós que estamos aqui, mas também, para as gerações futuras que se seguirão a nós”. Percebe-se que a estratégias na adoção de termos como “saciar a fome e a sede”, distanciando-se, neste momento, de termos como “uso de recursos” inferir pelo menos duas possibilidades: 1.) diminuir possíveis críticas ao desenvolvimento sustentável, já que saciar a fome e a sede é objetivo inquestionável seja qual for o viés político e ideológico e 2.) Passar uma postura menos “recursista” e exploradora dos recursos naturais ao utilizar termos correlatos. Para se entender tal estratégia, é preciso saber que a presidenta saúda e fala diretamente para lideranças indígenas e “representantes de organizações de promoção e defesa do desenvolvimento sustentável.”. Análise similar pode ser feita quando a presidenta fala que “Vamos alimentar o nosso povo, vamos alimentar o mundo” em uma atitude quase salvadora e paternal. Neste cenário de apelo que mostra uma atitude de comprometimento em saciar a fome e sede, e também com o compromisso de

alimentar o mundo, o tema do desenvolvimento sustentável surge de forma natural: “Sustentabilidade é uma agenda ambiental, econômica e social, todos nós sabemos.”.

O desenvolvimento econômico é uma preocupação sempre latente e, neste caso, projetos tidos como “ambientalmente limpos” permite um desenvolvimento também limpo. Com isso, a fala relata diversos programas desenvolvidos pelo governo: “continuar gerando energia limpa” e “agricultura de baixo carbono” são alguns dos destaques. Ao contrário do que acontece em outros discursos, em que são citados os percentuais de aumento de produtividade da agricultura - como pode ser percebido no discurso da abertura da safra de grãos e que será analisado posteriormente – tais programas raramente são acompanhados de estatísticas ou projeções futuras de um patamar que se pretende alcançar. A exceção, neste discurso, acontece quando ela também cita numericamente a redução da destruição da floresta amazônica - “queda de 78%” - defendendo que esta é uma conquista da sociedade e do governo que consegue “fiscalizar” e “punir” os que destroem o ambiente. Em outros momentos em que caberia a utilização de estatísticas para se medir os objetivos alcançados são omitidos, sendo as boas práticas econômicas e produtivas do governo descritas da seguinte forma: “Soubemos crescer-incluir sem abusar dos nossos recursos naturais. Crescemos e incluímos e ao mesmo tempo nos transformamos em uma referência em preservação ambiental.”.

Existem pistas diretas da linha de pensamento defendida neste discurso quando a presidenta fala que “Mas proteger o meio ambiente abrindo mão do crescimento com distribuição de renda e inclusão social é insustentável”. Mais uma vez, a distribuição de renda que, de acordo com uma visão até então unânime nos discursos estudados, é obtida através do aumento da produtividade com a clara defesa de que as políticas ambientais não devem restringir o crescimento econômico. Por isso ela diz que “Vamos continuar crescendo, incluindo, protegendo e conservando o meio ambiente” em que o verbo “crescer”, não por acaso, apresenta-se em destaque na primeira posição das intenções declaradas pela presidenta.

Este discurso, entre os estudados, foi o que mais conseguiu abranger as três características da sustentabilidade defendida pelo governo: a preservação do meio ambiente, a proteção social e o desenvolvimento econômico. A presidenta conseguiu abordar todos os três assuntos de forma ampla, conectando todos esses aspectos de forma lógica e possibilitando àqueles que a ouviam, entender o porquê de o governo defender de forma sistemática o desenvolvimento sustentável como forma ideal de preservação ambiental. O destaque para o

fator econômico ao final do discurso, inclusive com a defesa de que a proteção social e ambiental dependa de uma boa economia, vai ao encontro com as características da tipologia do Ambientalismo Moderado.

Ao discursar na **Abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014**, a presidenta dá o tom do discurso ao iniciar cumprimentando “produtores e as produtoras que aqui, no estado do Mato Grosso, trazem imenso orgulho para o Brasil.”. O discurso, neste caso, tem um destinatário certo: é direcionado principalmente àqueles cujo agronegócio é atividade principal. O “orgulho”, palavra que reflete a importância do setor para o país e a relação da presidenta com o setor agrícola, encontra-se justificativa na ideia de que o desenvolvimento da agricultura não apenas tem o poder aumentar as riquezas do Brasil como também acabar com a fome no país. Ambos os temas serão abordados pela presidenta no discurso e serão analisados posteriormente.

A fala é iniciada com a declaração de que é “uma imensa alegria assistir aquela quantidade de soja jorrando pela colheitadeira” e relaciona diretamente o aumento da produtividade com a redução da miséria e da desigualdade e com o aumento da classe média. Como no discurso do Marco Regulatório da Mineração (que será analisado posteriormente), há uma relação causal entre desenvolvimento do setor do agronegócio com a diminuição das mazelas sociais, sendo que para se chegar ao segundo, é necessário que se desenvolva o primeiro. E que para isso seja possível, a presidenta defende a utilização da tecnologia.

Podem-se destacar quatro palavras utilizadas pela presidenta até aqui e que fornecem pistas de como o setor agrícola é encarado. As duas palavras “orgulho” e “alegria” denotam, não apenas uma visão otimista do setor agrícola, mas também sugerem uma atitude de extrema benevolência e gratidão do governo para com o setor agrícola. Neste mesmo contexto, a presidenta utiliza palavras como “sucesso” e “vitória” para qualificar o agronegócio no país, eximindo qualquer crítica social ou ambiental que o setor possa ter.

Percebe-se neste discurso uma inclinação à exaltação do caráter tecnológico, que propicia ganhos substanciais ao setor. A tecnologia então se torna palavra-chave para se entender este discurso: todas as análises e estatísticas remetem ao incremento produtivo promovido pelo uso da tecnologia. Destacam-se então três exemplos dentre as falas proferidas, na ordem em que aparece no discurso: “é fato de que se precisa de tecnologia para produzir”; “A produção de grãos cresce 221%, e a área plantada cresce apenas 41%” e “é para

as pessoas que a gente usa melhor tecnologia”. Nessa sequência, notam-se três fatores: a defesa de que o uso da tecnologia é o grande responsável no aumento da produção agrícola. Não é mais o trabalhador que produz: ele precisa apenas usar a tecnologia para produzir. O segundo fator de análise é a vinculação do uso da tecnologia ao aumento da produtividade expressa em número pela presidenta. Os dados numéricos, uma forma sempre tida como incontestável de se medir a realidade, são utilizados em sua forma bruta sem que se esses dados estejam vinculados aos resultados sociais ou ambientais. A produtividade aumenta 221% e esta é a única informação que é necessária ser informada. O terceiro fator é a aproximação do uso de tecnologia ao fator social: a tecnologia, segundo a presidenta, é para melhorar a vida das pessoas. Neste momento é realizada uma tentativa de se relacionar o aumento da produtividade com o fator social, mas uma explicação sobre como a vida das pessoas melhora a partir disso não é feito.

A agricultura que não utiliza este conhecimento tecnológico de aumento de produtividade é quase que invisibilizada da fala. O conhecimento agrícola, segundo a presidenta, é aquele que pode ser aplicado em grande escala, conforme pode ser analisado neste trecho da fala: “é o fato de que se precisa de tecnologia para produzir, se precisa do conhecimento pra produzir; e se melhora cada vez mais quanto maior é a nossa capacidade de gerar inovação e de aplicá-la aos processos produtivos.”. Inovação e conhecimento são vinculados exclusivamente ao modelo agroindustrial de produção, o que se justifica pelo constante apelo à grandiosidade das tecnologias usadas pelo setor: “vemos aqui também o uso de máquinas e equipamentos que são de alta tecnologia e são de ponta.”.

Em um trecho extremamente revelador da importância que o governo dá aos pequenos produtores, a presidenta fala que: “Nós temos que transformar pequenos e médios, médios e grandes. Mas temos também que ter médios altamente produtivos e pequenos altamente produtivos.”. A produtividade, portanto, é posta como principal objetivo a ser alcançado, seja ele nos pequenos, médios ou grandes produtores. O esforço no ganho da produtividade supera qualquer outro objetivo ambiental ou social que, porventura, a agricultura possa ter. A presidenta prossegue com: “*nós temos que transformar o pequeno num grande produtor que tira grande renda da sua propriedade*. O pequeno pode ser pequeno, mas o negócio vai ter que ser grande. (grifo meu)”. Neste cenário, pequenos produtores que buscam formas alternativas de produção tornam-se não apenas invisibilizados, como também excluídos de qualquer reconhecimento quanto à sua contribuição no estímulo a uma nova forma em se

entender a agricultura. Dessa forma, esses pequenos produtores são excluídos da fala da presidenta e consequentemente da intenção do Estado em reconhecê-los como sujeitos ativos e participantes da inovação agrícola no país que vai ao sentido da proteção ambiental e na busca por modelos mais justos e inclusivos de produção.

Em dois momentos distintos identifica-se a vinculação ambiental à agricultura. A consideração sobre agricultura de baixo carbono é transcrito na íntegra: “A outra questão que eu acho importante foi a agricultura de baixo carbono. Começou pequenininha, mas agora já está em [R\$] 3 bilhões. Eu tenho certeza que ela vai ser um fator diferencial da nossa competitividade.”. Percebe-se que o não aprofundamento no assunto, seja na falta de explicação do que seria a agricultura de baixo carbono, seja na falta de dados que demonstrem que esta é uma real preocupação governamental, é estratégia de fala que exime qualquer crítica à incipiência da política ambiental no setor agrícola. A superficialidade como que o tema foi tratado demonstra o desinteresse no assunto e sugerem a intenção de que o tema esteja presente apenas para que aponte, mesmo que de forma mínima, algum tipo de preocupação ambiental.

A segunda menção ao meio-ambiente neste discurso ocorreu ao final de sua fala, quando a presidenta declara que a tentativa de se desburocratizar o processo produtivo não é para “destruir o meio ambiente”, mas sim para fornecer a agilidade necessária para uma maior produção. Mais uma vez a presidenta mostra conhecer a crítica ao setor, mas opta em não aprofundar na questão, sugerindo o pessimismo dos que acreditam que as políticas pró-agronegócio favorecem a destruição ambiental.

Nesses dois últimos exemplos citados percebe-se que há uma desvinculação total entre a produção agrícola, especificamente a agroindústria, e o meio-ambiente, fato este que pode ser comprovado através da ausência de referências ambientais na maior parte do discurso. É possível perceber então a profunda relação da vinculação da produção agrícola à economia, ou o que Foladori (2005) apresenta como economia pela economia, de forma que o ocultamento do tema ambiental permita à presidenta omitir qualquer vínculo do papel da natureza no processo produtivo. Nem mesmo a relação natureza como fornecedora de recursos foi mencionada o que torna o agronegócio atividade autocentrada sem qualquer vínculo ambiental claro. O resultado econômico da atividade tona-se o fator principal a ser considerado, tendo os outros temas apenas valor coadjuvante. Com esta análise, a

aproximação da tipologia Cornucopiana torna-se inevitável: a produtividade agrícola tem como objetivo principal favorecer – de forma ilimitada - o crescimento econômico.

O discurso durante a **Cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração** é marcado por uma posição explícita de estímulo e apoio à atividade mineradora. A questão ambiental é colocada sempre em sincronia com o tema do desenvolvimento sustentável em que a tríade crescer, incluir e proteger é resgatado pela presidenta. A presidenta caracteriza a mineração, logo no início de seu discurso, como “setor estratégico da nossa economia” e isso é o ponto de partida para se entender como a atividade mineradora e sua relação com o meio ambiente será tratada ao longo do discurso.

É interessante como a presidenta decide caracterizar o país: “O Brasil tem algumas das maiores reservas e potencialidades minerais do mundo. Somos um grande país produtor e um grande exportador de minério.”. O reconhecimento do caráter produtivo primário é visto com orgulho pela presidenta ao apontar o destaque mercadológico da atividade para o país. Tal estratégia, não apenas neste discurso, torna-se extremamente importante de ser analisada, pois é a partir dela que toda a argumentação discursiva se dará. Reconhecer a grandiosidade do setor mineral no país é, portanto, o primeiro passo para se apoiar a extração deste recurso. Argumentar contra a mineração seria não apenas lutar contra um setor específico, mas ser contra a economia como um todo, e, conseqüentemente, contra o desenvolvimento do país.

A aprovação do Marco Regulatório da Mineração é, para a presidenta, um momento que separará dois momentos distintos no setor. De um lado há a constatação de que “o setor mineral convive ainda hoje com uma regulamentação frágil e burocrática” e que a aprovação do marco regulatório a transformaria em uma atividade “mais eficiente, mais rentável e mais competitiva”. Esses três últimos objetivos da mineração: eficiência, rentabilidade e competitividade, por terem muita relação com um melhor rendimento econômico, apenas de forma superficial pode ser entendido que possa haver qualquer relação benéfica para o meio ambiente. Essa relação só é explicitamente estabelecida no momento em que a presidenta revela que “Queremos que aqueles que exploram e produzam nossos minerais tenham estabilidade e segurança jurídica, elementos essenciais para o bom andamento dos negócios, e ao mesmo tempo corresponda às necessidades de investimentos, de conservação e recuperação ambiental, respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelas comunidades nas quais os projetos estão inseridos.”.

Este trecho da fala é particularmente revelador. A recuperação ambiental é uma característica colocada no meio – e nunca em destaque – de outros objetivos como direito dos trabalhadores e investimentos. Nenhum desses temas é tomado de forma isolada, permitindo à presidenta isentar-se em aprofundar nas características da mineração que apontam para a relação do incremento desta atividade com os danos ambientais. Além disso, destaca-se que o Marco garante “estabilidade e segurança jurídica” para aqueles que se dedicam à atividade. O trecho é uma mensagem clara às mineradoras que enfrentam “uma regulamentação frágil e burocrática”, sendo constantemente questionados pelos órgãos ambientais e sociais. A aprovação do Marco garantiria então uma melhor possibilidade de superação desses obstáculos para a plena produção.

Na próxima vez em que cita o meio ambiente, a presidenta inclusive sugere que o crescimento da produção mineral acarreta no melhoramento não apenas social como também ambiental. Ela diz que a criação do Marco Legal da Mineração propicia o “desenvolvimento de nosso país, mas tudo isso com ganhos para a sociedade, para os trabalhadores e para o meio ambiente.” Tal fala remete ao otimismo cornucopiano, que prediz uma superação da crise socioambiental através do desenvolvimento econômico e tecnológico. Ela continua pontuando que “É uma vitória, sem dúvida, do meio ambiente, porque os contratos terão exigências ambientais mais claras como obrigação de que, ao fechar uma mina, a empresa que a explorou deva recuperar ambientalmente a região onde ela funcionou. É, enfim, a vitória do interesse nacional.”. Nesta fala a presidenta recorre à estratégia de supostamente revelar ganhos ambientais posteriores ao fechamento das minas, ocultando as batalhas de grupos ambientalistas e sociais contra os empreendimentos mineradores antes de essas minas serem aprovadas. Tal ocultação é clara no sentido de explicitar o público alvo do discurso, que são os empresários da mineração, deixando escondidas outras vozes sociais que se relacionam com o setor.

O otimismo, tal qual observada no discurso sobre a abertura da safra de grãos, se dá em duas ocasiões em que a presidenta cita frases praticamente idênticas revelando a crença de que o marco regulatório da mineração trará efeitos benéficos à sociedade. Ela destaca a “necessidade de maiores investimentos na mineração (...) e também, na garantia de respeito ao meio ambiente e às comunidades.” Frase idêntica é proferida alguns minutos depois: “Este Marco Regulatório é a vitória daquilo que mais interessa às empresas e à sociedade brasileira: a concorrência pela eficiência, a transparência, a segurança jurídica, respeito ao meio

ambiente e às comunidades e aos trabalhadores envolvidos.”. A vinculação de eficiência produtiva, ganhos econômicos e mudanças sociais são partes de uma equação cujo resultado é o desenvolvimento sustentável, tão defendido nas falas até aqui analisadas, e a visão de que exista uma completa relação de dependência entre bem-estar social ao bom andamento dos setores produtivos – grandes e lucrativos – do país.

A ênfase na repetição dos termos reproduzidos no parágrafo anterior mostram o compromisso da presidenta na defesa do pensamento de que a estabilidade socioambiental não apenas será consequência da atividade mineradora, mas que esta estabilidade depende de uma atividade mineradora forte e bem regulamentada. O meio-ambiente, ao ser citado, é tido como quase que consequência das atividades produtivas que, sem fornecer os recursos econômicos necessários à preservação, poderiam correr risco de se extinguir.

Reforça-se ainda que este discurso aparece descolado de uma análise das consequências da atividade mineradora para o meio ambiente, como se ele não fizesse parte de tal atividade, tornando-se fator secundário na fala e, conseqüentemente, na sua importância para o governo. Os possíveis danos ambientais não são citados, fazendo com que não se tenha uma conexão entre o meio ambiente e o setor produtivo. A partir dessa constatação, surge então mais uma forte aproximação do discurso apresentado com a tipologia Cornucopiana: estimula-se o crescimento produtivo a qualquer custo ao omitir os danos que essa produção pode causar ao meio ambiente.

No **encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**, o discurso proferido coloca como pauta principal o esforço em mostrar a importância dos movimentos sociais para o governo ao mesmo tempo em que se tem o cuidado em evitar promessas que dificilmente poderiam ser cumpridas por um governo que, até aqui, mostrou-se prioritariamente sincronizado com um discurso econômico-desenvolvimentista. Dessa forma cabe à presidenta abrir espaço para o diálogo, já que o discurso foi feito diretamente para o grupo social em questão, mesmo que as características deste discurso mostrem uma relação de proximidade pelo governo muito mais distante que as àquelas analisadas durante a análise dos discursos dos setores agrícolas e de mineração.

A presidenta inicia a fala com duas considerações que merecem destaque: a primeira delas pela ênfase dada à organização das mulheres: “é importante que sejam mulheres organizadas” e, em segundo lugar, destacando o valor da geração de energia para o país “Nós

somos um país que tem na energia hidrelétrica uma das suas riquezas”. O pedido de organização feita pela presidente é justificável no contexto social brasileiro de constantes disputas e reivindicações dos movimentos sociais, incluindo o de atingidos por barragens. Um movimento organizado, portanto, sabe não apenas reivindicar, mas reconhecer o benefício da geração de energia hidrelétrica para o país.

Ainda sobre a relação entre governo e movimentos sociais, destaco um trecho do discurso: “Um país (...) só pode ter uma democracia completa quando tiver uma relação correta com os movimentos sociais, escutando os movimentos, compreendendo as suas reivindicações e tomando providências.”. O “orgulho” que a presidenta disse ter ao setor do agronegócio, aproximando o agronegócio ao governo e aprovando suas práticas, no discurso ao MAB revela-se um sentimento de distanciamento na medida em que os movimentos sociais existem para reivindicar e o governo existe para tomar providências. Dessa forma, a relação “nós-governo” e “vocês-movimentos sociais” presentes neste discurso é bem mais marcada pela separação do que a relação anteriormente constituída de “nós-governo-agronegócio” cujo sentimento principal é o de junção.

A relação do governo com os movimentos sociais consiste, para a presidenta, em “escutar” e “compreender” a reivindicação dos movimentos sociais, mesmo que, em seguida, ela afirme que “isso não significa a promessa fácil de que nós vamos resolver tudo”. É importante ressaltar mais uma vez a existência de uma relação assimétrica na fala, mais precisamente uma relação de poder entre aquele que “reivindica” e aquele que “resolve”. A explicitação dessa afirmação deixa clara não apenas esta relação de poder existente, como também revela, naquele momento, que a prioridade em se ampliar a matriz energética do país é prioridade à observância dos direitos de grupos sociais como o das Mulheres Atingidas por Barragens. A única certeza dada pela presidenta, já que não é possível atender todas as reivindicações do grupo, foi o de manter “uma prática sistemática de diálogo” com os movimentos sociais.

Nesse momento do discurso, a presidenta defende a tríade do desenvolvimento sustentável composto por economia, sociedade e meio ambiente ao dizer “Nós somos um país que tem na energia hidrelétrica uma das suas riquezas. Agora, é também certo que não pode existir uma contradição entre o uso da energia hidrelétrica e o interesse das populações, tanto do ponto de vista social das condições de trabalho, mas, sobretudo, também das condições ambientais”. O reconhecimento de que os interesses dos movimentos sociais podem divergir

dos interesses do setor de produção de energia elétrica é um passo que nos permite identificar características do Ambientalismo Moderado neste discurso. O fator socioambiental, contudo, nunca aparece desvinculado do fator econômico, o que levou a presidenta a pontuar, no início deste trecho, a riqueza gerada na criação das barragens.

Retomando a questão de distanciamento entre “nós-governo” e “vocês-movimentos sociais”, a relação fica clara quando, ao final do discurso, a presidenta relata que “*Não vou fazer a demagogia fácil de dizer que atenderemos tudo, mas vou fazer a promessa e o compromisso de que escutarei todas, e farei todo o possível para aproximar o atendimento dos 100%. Isso não significa a promessa fácil de que nós vamos resolver tudo, mas significa a certeza, para vocês, de que nós iremos nos empenhar para encarar as grandes demandas que emergem desse movimento, e, mais do que nunca, vamos estar aqui abertos a ter uma prática sistemática de diálogo, de conversa e atendimento de reivindicações. (grifo meu)*”. O discurso, como pode ser percebido pelos trechos destacados, ganha um tom quase paternal que, por ser vago, ganha ares de promessas que podem se desfazer diante de demandas de setores com a magnitude e importância do setor de geração de energia elétrica.

O discurso foi finalizado com uma síntese do pensamento do governo em relação às reivindicações sociais contra as obras desenvolvimentistas do governo: “Eu queria dizer que, de fato, água é vida; energia também é o princípio da vida”. A presidenta então assume o papel de estabelecer o contraponto às demandas das organizações sociais. Se, de um lado, as mulheres atingidas por barragem reivindicam seu direito à água, a presidenta, como defensora naquele momento dos interesses nacionais em direção ao desenvolvimento sustentável, garante que políticas de criação de barragens terão prioridade com a afirmação de que a “energia também é o princípio da vida”. Tal afirmação só pôde ser feita porque diversas vezes essa relação de assimetria foi incorporada pelo discurso presidencial. Assumir-se em uma posição de privilégio e de superioridade permite que a visão do governo possa ser repassada de forma clara.

Seguindo uma linha diretamente ligada ao ambientalismo moderado, apesar de não apelar diretamente ao discurso das soluções técnicas, a presidenta baseia-se em uma visão econômica da ecologia ao priorizar esta esfera, que inclui a modernização do país através da geração de energia, e adota uma atitude de não contestação à forma de produção. É possível perceber também que não apenas a natureza, como também os grupos sociais com suas reivindicações específicas, são apêndices da atividade econômico-produtiva. A fala às

mulheres atingidas por barragens pode também indiretamente ser reconhecido com um aviso aos movimentos sociais de que a natureza não deve ser empecilho para o desenvolvimento produtivo e econômico do país, numa direta reação com a tipologia do Ambientalismo Moderado.

O discurso na **Solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011**, um grupo composto por mulheres trabalhadoras rurais e da floresta, representa uma oportunidade para a presidenta reafirmar o compromisso estatal com os direitos sociais e demandas específicas. A resposta aos questionamentos ambientais feitos historicamente pelo grupo não foi o centro da fala, caracterizando assim o primeiro discurso entre os analisados neste trabalho em que o tema foi quase ocultado, embora o viés ambiental possa ser detectado nas entrelinhas do discurso presidencial.

Antes de aprofundar no assunto, nota-se neste discurso, a diferenciação entre o nós – governo – e vocês – grupo social. Segue alguns trechos que ilustram essa forte ideia de separação pela presidenta: “a Marcha de vocês”; “demandas que vocês colocaram”; “reivindicações que vocês fizeram”; “Eu quero intensificar o diálogo do governo com vocês” e “E aí vocês discutiram com os meus ministros e ministras e suas equipes várias demandas.”. Em todos esses exemplos, fica perceptível a instrução de que os grupos sociais demandam enquanto o governo escuta e executa. Tal sentimento de separação é muito sintomático às políticas socioambientais, tornando-se ainda mais crítico quando comparamos com a proximidade que o governo se coloca do setor agrícola ao parabenizar – como pôde ser percebido na análise do discurso durante a safra de grãos 2013-2014 - a “vitória do nosso agronegócio”.

Como disse anteriormente, os problemas ambientais são citados apenas de forma indireta. Há, entretanto, o reconhecimento de que essas estão entre as lutas do grupo social em questão, cujas lutas socioambientais podem ser resumidas no desafio de atualmente sobreviver do campo: “Ser mulher brasileira, moradora do campo e militante popular exige coragem, altivez e um coração generoso, exige grandeza de alma para enxergar longe e buscar realizar, aqui e agora, as transformações que o mundo rural e o Brasil tanto necessitam.”. Quais seriam, no caso, essas transformações necessitadas pelo Brasil? As mudanças, sem que a presidenta estabeleça quais são, podem vir tanto para uma resposta positiva ou negativa às demandas socioambientais das Margaridas, que incluem a reavaliação da política energética no país, adotar políticas mitigadoras de impactos socioambientais e visibilidade e valorização

da produção agroecológica<sup>14</sup>. Embora a presidenta reconheça das lutas e dificuldades do grupo, o interlocutor pouco familiarizado com o objeto da luta das Margaridas em momento algum é esclarecido sobre quais são suas principais reivindicações.

Este silenciamento no que tange à discussão efetiva dos problemas ambientais no discurso revela o pouco interesse em se problematizar a forma com que estão entrelaçados o meio ambiente, o meio rural, e o grupo social representado pelas Margaridas. O trecho a seguir mostra como temas genéricos tentam introduzir o assunto, acabando por reduzir os conflitos socioambientais à falta de infraestrutura no campo: “Queremos viabilizar o acesso à habitação, à água, à energia elétrica, estradas, serviços de educação e saúde, apoiar a estruturação produtiva com crédito, assistência técnica e garantia de comercialização. O efetivo acesso à terra só se concretiza quando, dada a terra, todas essas condições estão presentes.”. Há um claro viés economicista em tal pensamento, sugerindo a necessidade em se aumentar a produtividade do campo levando primeiro um mínimo de infraestrutura para o aumento da produtividade e a sugestão de que eventuais reivindicações possam ser resolvidas com a melhoria da infraestrutura.

O tom vago do discurso também pode ser percebido no seguinte trecho: “Falando em produção, nós sabemos que o País – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – com sua tecnologia de produção em Mandala, é um programa que tem dado bons resultados, em especial por seu impacto para a autonomia das mulheres produtoras rurais.”. O que são “bons resultados” e como eles contribuem efetivamente na melhoria dos problemas socioambientais apontados pelas Margaridas? Quais foram os impactos positivos na implantação na vida dessas mulheres? O discurso consegue inserir tais questionamentos, mas não consegue responde-los. Percebe-se, entretanto, que a fala tende a resumir o problema da falta de autonomia no campo com o incentivo ao aumento da produtividade, torna-se então este aumento de produtividade a grande salvadora e solucionadora dos problemas das mulheres no campo. Tal modelo de pensamento é, para Foladori (2005), um alinhamento a um pensamento cornucopiano, ao estar relacionado a certo otimismo trazido principalmente pelo aumento de produtividade, bem como o silenciamento quase total de uma discussão ambiental sugere uma visão de desvinculação entre natureza e desenvolvimento.

---

<sup>14</sup> Tais reivindicações fazem parte de um conjunto de demandas extraídos de um documento intitulado “PAUTA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 - *Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Liberdade e Igualdade*”, disponível em << [http://www.contag.org.br/imagens/f2011-pontoscentraisfinal\\_margaridas.odt](http://www.contag.org.br/imagens/f2011-pontoscentraisfinal_margaridas.odt) >> (Acesso em 02/05/2015)

#### 4.1 Existe um único discurso presidencial?

A utilização da metodologia sugerida por Cardoso em sua segunda etapa, em que se analisa a repetição de determinado conteúdo, pode ajudar a responder a pergunta deste tópico. A análise feita anteriormente nos dá pistas ao conseguirmos encaixar os diversos discursos em diferentes linhas do pensamento ambiental, que hora se inclinava para um sentido mais social, ora com uma linha a favor do desenvolvimentismo sem o relacionamento do tema com eventuais problemas ambientais. Em todos os discursos, porém, a discussão de desenvolvimento sustentável pôde ser feita.

Nessa segunda etapa, optou-se por aprofundar nesta análise verificando menos as entrelinhas do discurso e mais no que foi propriamente dito com a contagem dos temas mais abordados em cada discurso. O quadro a seguir apresenta a contagem das cinco palavras mais frequentes nos discursos proferidos em eventos ambientais, bem como uma análise dos números encontrados. A partir daí, segue-se também uma análise geral dos discursos, em que tivemos a oportunidade de fazer conexões entre o que foi dito e a mensagem que se queria passar em cada um deles.

#### QUADRO 2

Relação das cinco palavras/expressões mais repetidas em cada um dos discursos em eventos ambientais.

<b>Evento</b>	<b>Palavras/expressões mais repetidas</b>	<b>Quantidade de vezes repetida</b>
Abertura da Conferência Rio+20	desenvolvimento sustentável	18
	proteção/proteger/preservar	08
	Sociedade	07
	Economia	05
	meio-ambiente/ambiental	05
Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente	desenvolvimento sustentável	19
	meio-ambiente/ambiental	13
	proteção/proteger/preservar	10
	indígena	04
	crescimento	03

Ambos os discursos presentes neste grupo apresentam como característica comum a presença constante da palavra “desenvolvimento sustentável”, e de forma bastante expressiva. Como dito anteriormente, a presidenta, em todos os discursos analisados, destaca a tríade na

qual a palavra é reconhecida pelo governo: crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, mostrando desta forma que a política ambiental adotada possui forte correlação com este modelo do desenvolvimento sustentável. Tal definição é útil ao discurso já que ela permite que a presidenta destaque a economia, o social ou o econômico, dependendo do foco que ela quer dar ao discurso. Dessa forma, pela análise das palavras deste conjunto, a presidenta consegue, no discurso de abertura da Rio+20 abarcar mais temas do desenvolvimento sustentável, já que pode-se notar também a presença de palavras como “sociedade” e “economia”, enquanto a Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente foi destacado o aspecto socioambiental com o destaque para palavras como “preservar” e “indígena”.

Pode-se perceber também que as palavras “economia” e “crescimento”, apesar de serem citadas, são menos frequentes que o termo “desenvolvimento sustentável”. O tema do cuidado com a natureza também é frequente e aparece em todos os três discursos, seja nas palavras “proteção”, “proteger”, “preservar” e “conservar”, sendo que, em todos os casos, referem-se à biodiversidade do país. É percebido também que o fator social é destacado de forma ampla, sem que grupos como indígenas, quilombolas e produtores rurais tenham sido diretamente citados.

Outra coisa que é possível notar apenas com o destaque das palavras mais citadas foi detectar que o governo possui um repertório linguístico fixo quando o assunto é o meio ambiente, já que a maioria das palavras aparece nos dois discursos analisados. Destaque se dá para o termo desenvolvimento sustentável, que é a grande aposta do governo tanto na apresentação de propostas como na explicação de crises e críticas à forma de produção. Pode-se inferir com isso a utilização de um discurso ambiental que tem como base a defesa do desenvolvimento sustentável. Tal conclusão vai ao encontro do que foi discutido na análise individual de cada um dos discursos em eventos ambientais, em que concluí, em ambos os casos, uma linha que se assemelha ao ambientalismo moderado descrito por Foladori (2005).

**QUADRO 3**  
Relação das cinco palavras/expressões mais repetidas nos dois discursos ao setor empresarial

<b>Evento</b>	<b>Palavras/expressões mais repetidas</b>	<b>Quantidade de vezes repetida</b>
Abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014	agricultura/agronegócio	19
	milhões/bilhões	14
	produção/produktividade	13
	produtor	13
	safra	11
Cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração	mineração/atividade mineral	14
	sociedade	09
	investimento	06
	ambiente	05
	economia	04

Nesse conjunto de discursos, percebe-se grande destaque aos termos que exaltam a grandeza técnica da produção: “produtividade/ produção” e “investimentos” são termos citados que mostram uma relação de destaque que o governo dá tanto no aumento da produção através da intensificação de investimentos como no desenvolvimento da tecnologia, conforme analisado no capítulo 4. É importante destacar também que, no caso do discurso da abertura da safra de grãos, os termos “bilhões” e “milhões” estão entre os termos mais falados, o que evidencia e prova, através de números, o aumento da produção que a presidenta quer destacar.

Na Abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014, nenhuma palavra referente ao meio ambiente e à sociedade está entre os mais repetidos, mostrando uma escolha da presidenta em focar no aspecto “crescer” do desenvolvimento sustentável. Por esse motivo o discurso foi anteriormente classificado como presente à categoria cornucopiana, em que há o silenciamento de qualquer referência aos problemas ambientais, dando-se destaque ao fator produtivo e tecnológico.

Percebe-se também que as palavras sociedade e ambiente aparecem em destaque no discurso da Cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração e são utilizadas como forma de mostrar a os impactos positivos do marco para o ambiente e sociedade. Por esse motivo o discurso foi classificado como também pertencente à tipologia Cornucopiana. Neste discurso, portanto, mesmo que o desenvolvimento sustentável não seja pronunciado, o

conceito serve muito bem à presidenta uma vez que ela busca relacionar de forma incisiva a atividade mineral, a proteção ao meio-ambiente e os benefícios sociais.

Tanto a análise do discurso do Marco Regulatório da mineração quanto para a Abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014 fica claro a tentativa da presidenta em se aproximar dos setores produtivos, falando diretamente a eles e colocando sobre estes setores a responsabilidade para o crescimento econômico do país, que conseqüentemente leva ao desenvolvimento social e, de alguma forma, à melhoria das condições ambientais do país. Dessa forma, ela dá a esses setores o estímulo para a continuidade de suas práticas e a legitimação da importância desses setores para o desenvolvimento de país como um todo.

A última parte desta segunda etapa metodológica apresenta os resultados encontrados para os dois discursos à sociedade civil organizada:

**QUADRO 4**  
Relação das cinco palavras/expressões mais repetidas no discurso à sociedade organizada

<b>Evento</b>	<b>Palavras/expressões mais repetidas</b>	<b>Quantidade de vezes repetida</b>
Encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	crianças	08
	reivindicações	05
	mulheres	05
	energia	04
	social/sociais	03
Solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011	mulheres	22
	campo	20
	crianças	10
	programa	09
	familiar	08

No conjunto de palavras mais pronunciadas, percebe-se que há um destaque para aquelas que se referem ao público presente. Portanto “crianças”, “mulheres” e “social/sociais”, bem como as suas “reivindicações” são os destaques. “Energia” e “hidrelétricas” foram citadas seis vezes em conjunto, servindo como contraponto às reivindicações sociais e foi um claro recado daquele discurso: se as reivindicações daquele grupo são importantes, a geração de energia também é importante.

Em ambos os discursos houve uma preocupação em se reafirmar os compromissos sociais com esses grupos devido a repetição de palavras como “reivindicações” e “programa”. Nas entrelinhas, entretanto, é que foi possível classificar o primeiro discurso - Encontro com mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – com características pertencentes ao Ambientalismo Moderado e o segundo discurso - Solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011 – como Cornucopiano. A vontade em se relacionar as questões ambientais às sociais foi maior no primeiro discurso, ora dando destaque para as necessidades de geração de “energia”, ao mesmo tempo em que se tenta atender as “reivindicações sociais”. Tal característica é definida principalmente na tipologia do Ambientalismo Moderado. O pouco destaque ao tema ambiental durante o discurso feito na Solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas 2011 foi confirmado ao não se verificar qualquer palavra que remeta diretamente ao meio ambiente.

Compreender as significações e intenções da fala governamental presume que se conheça também a forma como a questão política da representação é vista pela sociedade brasileira. Carvalho (2002), ao discutir a força do poder executivo no Estado Brasileiro, remonta às origens históricas ao sugerir que existe uma “fascinação com um Executivo forte” que remonta às raízes portuguesas de um estado reconhecido como poderoso e paternalista. Carvalho considera que esse é o principal fator que explica o porquê, no Brasil, de os direitos civis serem, na maioria das vezes, oferecidos pelo Estado ao invés de ser uma conquista popular, sendo, portanto, uma concessão de direitos “de cima para baixo”. O autor inclusive cunha o termo “estadania”, em contraponto ao ideal de cidadania, que é sempre uma conquista da população:

Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. [...] Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2002, p. 221)

Este fenômeno, para Nunes (1997), pode ser entendido como um fator histórico de dominação do Estado que o separa da sociedade, delimitando assim duas esferas completamente desiguais em sua relação com o poder. É assinalado também que a “autoridade foi desenvolvida através de vários tipos de dominação que marcaram progressivamente a separação entre Estado e sociedade” (NUNES, 1997, p.23) o que se reflete na concentração do poder pelo Estado e tornando mínima a participação popular.

Nunes continua sua análise mostrando que, historicamente, o Estado e as elites locais partilharam o poder e hoje ainda há grande rastro na manutenção do poder de elites que se transformaram nos grandes motores comerciais e industriais do país.

O trabalho tenta de alguma forma mostrar essa contradição quando analisa a diferença no tratamento oferecido aos setores sociais e empresariais. Mesmo que os clamores sociais encontrem um jeito de serem ouvidos, o que prevalece é um modelo de desenvolvimento que privilegia os setores empresariais da sociedade. Por isso o discurso da sustentabilidade é tão forte: com ele, o estado justifica suas práticas invocando o bem comum e a necessidade de crescimento econômico antes do desenvolvimento social e ambiental.

A estratégia em utilizar a sustentabilidade como parâmetro que inclui tanto os fatores produtivos, como sociais e ambientais de uma sociedade já foi discutido por Zhouri como preocupante devido à descaracterização que ela dá às particularidades de cada grupo. O destaque à utilização do termo “sociedade”, que compreende toda a população brasileira, sem que se pense nas diferenças étnico-culturais dos diversos grupos é uma estratégia para justificar o desenvolvimento econômico na busca de um bem comum. Tal tema é debatido pela autora de forma direta ao mostrar que:

pensar a sustentabilidade em uma sociedade tão diversa e desigual como a brasileira requer equacioná-la impreterivelmente à diversidade cultural, à democratização do acesso aos recursos naturais e à distribuição dos riscos da produção industrial. (ZHOURI, 2008, p.104)

Essa incompatibilidade entre produção e preservação ambiental, aos moldes como se é feito hoje, é contestado também por Barbosa ao ressaltar a necessidade do sistema econômico em impor seu ritmo, que difere em muito do ritmo natural. A adoção de estratégias tecnológicas e de racionalidade é, para o autor, uma tentativa em se reduzir a diferença entre tais ritmos. Essa “imposição do ritmo cultural sobre o natural” (BARBOSA, 1991, p.241) é optar por um modelo “arcaico e primitivo”, apontando a dificuldades das sociedades modernas em encontrar uma conciliação entre a produção e o ritmo natural (BARBOSA, 1991, p.241). Sobre o mesmo tema, Gudynas acrescenta que “[...] é chocante observar que se continua a apostar no crescimento econômico mediante exportações e investimentos” (GUDYNAS, 2013, p.60), apontando ainda que os governos progressistas sul-americanos incorpore o discurso modernizador como forma de se justificar os impactos socioambientais.

Vale a pena aprofundar na análise dos governos sul-americanos feitos por Gudynas pois ele colabora muito com o entendimento do viés predominantemente orientado na linha do ambientalismo moderado. Ao explicar o *boom* econômico ocorrido no país, principalmente após os anos 2010, Gudynas demonstra que, se antes os governos de esquerda da América do Sul criticavam atitudes extrativistas e degradantes das sociedades tidas como desenvolvidas, “agora as defende como um componente indispensável para o desenvolvimento e o combate à pobreza” (GUDYNAS, 2013, p.64). Se o caminho do desenvolvimento econômico passa a ser indispensável para essas nações, o governo “tende a adorar um discurso modernizador que elogia o sucesso empresarial e comercial [...] anunciando benefícios para toda a sociedade” (GUDYNAS, 2013, p.64).

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas análises e discussões, retornamos à questão inicial de que se é possível identificar um único discurso presidencial em sua relação com a questão ambiental. A caracterização dos diferentes discursos em diferentes linhas do pensamento ambientalista proposta por Foladori (2005) poderia sugerir uma diversidade de discursos ambientais, adequado ao público-alvo em que ele se direciona. Contudo, fica também claro que essa variação nada mais é do que o reflexo da diversidade com que a palavra “desenvolvimento sustentável” apresenta, podendo ser moldada para justificar modelos de desenvolvimento, como foi observado com mais ênfase aos discursos ao setor empresarial, ou na defesa e reconhecimento dos direitos sociais, como foi feito nos discursos à sociedade organizada.

Neste momento, é importante lembrar a trajetória política da presidenta Dilma Rousseff como forma de se compreender a diferença de receptividade dos diferentes setores que foi destacada no capítulo anterior. Como Ministra de Minas e Energia do governo Lula no período de 2003 a 2005, foram atribuições do cargo implementar políticas nas áreas de energia, mineração, combustíveis entre outros setores estratégicos e de infraestrutura do país. Grande parte da proximidade existente entre a presidenta e os setores de mineração e agricultura – este também devendo ser compreendido como um setor estratégico no país – provém deste seu passado recente como ministra e nos permite ampliar o entendimento de um governo que se apropria do discurso sustentável para incentivar a produção agrícola e mineral.

O desenvolvimento sustentável, por ser um tema unânime nos discursos apresentados, torna-se um modelo delineador de políticas – percebido através do estímulo da prática empresarial e o constante investimento em tecnologia para este setor – e, mais do que isso, revela-se uma resposta pronta e fácil para os questionamentos dos que buscam soluções para os problemas trazidos por esse tipo de estratégia desenvolvimentista. A ênfase na defesa de tal modelo como única alternativa à crise ambiental torna não apenas frágil qualquer tentativa em se desenvolver políticas que realmente tragam mudanças efetivas na conservação do meio ambiente, como também prioriza o bem-estar geral, resultado das políticas desenvolvimentistas, às demandas sociais específicas. Tal abordagem é extremamente perigosa, pois, para Jatobá et al, a junção de duas racionalidades tão diferentes, como é a ecológica e a econômica, podem gerar tensões:

O conceito de desenvolvimento sustentável é polissêmico e apresenta abordagens diferenciadas, desde a biologia até a economia. No entanto, as tensões da combinação de dois tipos distintos de racionalidade, a econômica e a ecológica, tornam a sua operacionalização difícil. (JATOBÁ, CIDADE E VARGAS, 2009, p. 62)

Pagnoccheshi e Bernardo, ao analisarem a trajetória da política ambiental no Brasil, destaca duas características que colaboram na compreensão das decisões tomadas na atualidade. A primeira delas é a “ausência de construção interna consistente combinada com o papel decisivo exercido pelas pressões externas para direcionar essa política” (PAGNOCCHESCHI & BERNADO, 2006, p.101) e o segundo ponto é a subordinação “aos centros dinâmicos do capitalismo internacional” (PAGNOCCHESCHI & BERNADO, 2006, p.101). Uma característica destacada pelos autores e que pode servir de freio aos impulsos desenvolvimentistas é a pressão do “movimento ambientalista de âmbito global” (PAGNOCCHESCHI & BERNADO, 2006, p.101, p.102). Esse freio pode ser percebido o caso da Conferência Rio+20 que, ao colocar o Brasil sob o foco de grandes entidades de proteção ambiental, permitiu à presidenta adotar um discurso mais ameno, com propostas defendidas também pelos movimentos ambientalistas mais atuantes.

Torna-se ainda mais inquietante a análise da forma como os grupos sociais são percebidos como barreira para o desenvolvimento econômico do país quando se analisa a trajetória política do Partido dos Trabalhadores (PT), que “surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas”. O que se percebeu neste trabalho foi o caminho inverso: Dilma Rousseff, representante máxima do PT, priorizou os empresários à sociedade civil, os grandes produtores aos grupos sociais que historicamente deram suporte e foram à base de atuação do partido. Recorrer-se a diferentes falas para diferentes atores aliado à conveniente defesa de características de uma linha de pensamento ambiental focada em uma ética tecnológica é, seguramente, um elemento prejudicial ao desenvolvimento de uma política ambiental forte e coesa, com respeito principalmente ao meio ambiente e às populações que dependem diretamente de políticas de proteção ao meio ambiente. Como pode ser visto no decorrer deste trabalho, a abertura ao diálogo com os setores produtivos é maior e muito mais dinâmica que àquela dirigida às populações cuja fragilidade é construída por um estado que falha em garantir o mínimo necessário ao bem-estar e à dignidade dessas populações.

## REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.5, p. 296-332, 1985.
- BARBOSA, Lívia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 229-243, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 14. ed. 2007 São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: \_\_\_\_\_. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2003. p. 91-124.
- BRAGA, José Luiz. Lugar de fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais e outras falas. In: FAUSTO NETO, Antônio.; PINTO, Milton José. **Mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Diadorim/Compôs, 1997. p.105-120.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei 6.938/81. Brasília: Congresso Nacional, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papyrus, 1997.
- ECHAZARRETA CARRIÓN, Julián.;LÓPEZ GARCÍA, Guillermo. “Manipulación de las masas y propaganda en la Alemania nazi”, In: **Actas del V Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea**. Valencia, 2000, p. 1-10.
- CARVALHO, Ely Bergo de. Identidade, Natureza e História: A coinvenção das identidades nas lutas por apropriação do mundo natural em Mato Grosso e a produção e divulgação da História regional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2014, Natal. **Avais Eletrônicos**. São Paulo - SP: Associação Nacional de História - ANPUH, 2014. v. 27. p. 1-16. Disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363886334\\_ARQUIVO\\_TextoElyNatal2.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363886334_ARQUIVO_TextoElyNatal2.pdf)> Acesso em 08/04/2015
- CARVALHO, Ely Bergo de. Por que matar a galinha dos ovos de ouro? A representação da tecnologia para a elite industrial madeireira no Paraná, 1942-1965. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS & ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, NATUREZA E FRONTEIRAS, 1., 6., 2010, Cuiabá. **Anais eletrônicos**. Cuiabá: ANPUH-MT, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.mt.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=654](http://www.encontro2010.mt.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=654)>. Acesso em: 16 mar. 2015
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 63-79, out. 1998.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo. Cultix, 1982.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados** v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.

CECHIN, Andrei; DA VEIGA, José Ely O fundamento central da Economia Ecológica. *In*: MAY, Peter (org) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2ª ed, RJ: Elsevier/Campus, 2010. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Cechin%20eVeiga%20n%20May-org-EMA%202010.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

DA VEIGA, José Eli. A insustentável utopia do desenvolvimento *In*: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina (orgs). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**, São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, p. 149-169.

DA VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: Alternativas e Impasses *In*: **Organizações Sustentáveis: Utopias e inovações**. *In*: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo (org.), Belo Horizonte: Ed. Fapemig, 2007.

DA VEIGA, José Eli. **Economia Socioambiental** (Org.). São Paulo: Editora Senac, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FOLADORI, Guillermo. Uma tipologia del pensamiento ambientalista. *In*: FOLADORI, Guillermo y PIERRI, Naina. (Org). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Universidade Autônoma de Zacatecas, Mugeul Angel Porrúa, México, 2005, p. 83-136. Versão em português (p.1-22). Disponível em: <<http://editorainsight.com.br/naolab/wp-content/uploads/2012/03/FOLADORI2005-Tipologia-ambientalista.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2014

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola: 2012.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.

GUDYNAS, E. Estado compensador e novos extrativismos – As ambivalências do progressismo sul-americano. **Nueva Sociedad** Especial em Português, n. 144, p. 57-75, 2013. Disponível em <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3964\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3964_1.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2015.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. **Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society**. Durham: Duke University Press, 2007.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 121-132, 2011.

MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOFFAT, Ian. Ecological footprints and sustainable development. **Ecological Economics**, n. 32, p. 359-362. 2000.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement. **Inquiry**, n. 16, v. 1, p. 95-100. 1973.

NUNES, Edson de Oliveira. **A Gramática Política do Brasil**. Rio de Janeiro e Brasília: Zahar Eds. e ENAP. 1997.

OLIVEIRA, Amanda. Melissa. Bariano de . Ação Educacional Jesuítica no Brasil colonial. **Revista Brasileira de História das Religiões** , v. III, p. 1-8, 2011.

PAGNOCCHESCHI, Bruno. BERNADO, Maristela. Política Ambiental no Brasil. *In* STEINBERGER, Marília (org). **Territórios e ambiente em políticas territoriais**. Brasília: Pararelo 15 e LGE Editora, 2006. p. 101-125.

PEPPER, David. **Eco-socialism. From deep ecology to social justice**. London, New York, Routledge, 1993.

REDIN, Ezequiel; DA SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Política ambiental brasileira: limitações e desafios. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas** (UFSC), v. 13, p. 163-188, 2012. Disponível em: <  
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2012v13n103p163>> Acesso em 18 out. 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

TAYLOR, Paul Warren. The Ethics of Respect for Nature. **Environmental Ethics**, n. 3, p. 197-218. 1981.

WALDMAN, Maurício, Ecologia e Movimentos Sociais: Breve Fundamentação, In: VIANNA, Aurélio. (Org.), **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p. 35-44.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, n. 10, v. 2, p. 119-135, 2007.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 23, n. 68, Oct. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2014.